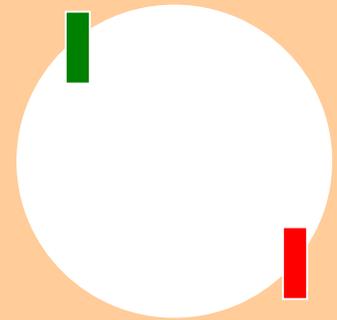


INSTITUTO PORTUGUÊS DE APOIO AO  
DESENVOLVIMENTO



# **RELATÓRIO DE ACTIVIDADES**

**2003**

## ÍNDICE

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>3</b>
<b>2. OBJECTIVOS E ESTRATÉGIA GLOBAIS</b>	<b>4</b>
<b>3. OBJECTIVOS ESPECÍFICOS E ESTRATÉGIA DE ACTUAÇÃO EM 2003</b>	<b>6</b>
3.1. ELABORAÇÃO DOS INSTRUMENTOS PROGRAMÁTICOS DA COOPERAÇÃO	6
3.2. REFORMULAÇÃO DOS MECANISMOS DE PROGRAMAÇÃO	7
3.3. REFORÇO DA COORDENAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO DAS INTERVENÇÕES DA COOPERAÇÃO BILATERAL	10
3.4. ESTIMULO A UMA MAIOR PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL E CRIAÇÃO DAS RESPECTIVAS CONDIÇÕES DE ENQUADRAMENTO	22
3.5. LIGAÇÃO E REFORÇO DA PARTICIPAÇÃO DE PORTUGAL NOS ORGANISMOS MULTILATERAIS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO	25
3.6. REFORÇO DA VISIBILIDADE DA COOPERAÇÃO	37
<b>4. ESTRUTURA ORGÂNICA DO IPAD</b>	<b>39</b>
<b>5. RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS</b>	<b>40</b>
5.1. RECURSOS HUMANOS	40
5.2. GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL	42
<b>ANEXOS</b>	<b>45</b>
ANEXO 1 AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO DE 2003 FINANCIADA PELO IPAD	46
ANEXO 2 AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO DE 2003 NOS PAÍSES DE EXPRESSÃO OFICIAL PORTUGUESA FINANCIADA PELO IPAD	48

## **1. INTRODUÇÃO**

O presente Relatório procura descrever em termos qualitativos e quantitativos a actividade interna e externa que o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) desenvolveu ao longo de 2003, ano marcado sobretudo pela alteração introduzida no modelo de organização e no sistema até então vigente.

Criado pelo Decreto-Lei n.º 5/2003, de 13 de Janeiro, o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento resultou da fusão do Instituto da Cooperação Portuguesa (ICP) com a Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento (APAD) estipulada através da Lei nº 16-A/2002, de 31 de Maio, assumindo, por essa via, o duplo papel de órgão central de coordenação da política de Cooperação para o Desenvolvimento e de agente principal de financiamento dessa mesma política.

Na sua função de instrumento central da política de cooperação para o desenvolvimento, o IPAD, assumiu como finalidades principais, num quadro de unidade da representação externa do Estado, melhorar a eficácia da intervenção Portuguesa, assegurando-lhe um maior relevo na política de cooperação e no cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português.

A concentração da Cooperação para o Desenvolvimento numa única estrutura, dotada de mecanismos de programação, coordenação, informação, controlo e avaliação procurou eliminar a dispersão orgânica e funcional, que existia entre a formulação, a execução e o financiamento desta componente essencial da política externa portuguesa, que se pretendia mais coerente, mais eficaz e mais consentânea com as necessidades dos países receptores.

Como operador principal da cooperação para o desenvolvimento, o IPAD procurou conceber e pôr em prática a ajuda pública portuguesa elaborando num novo quadro de acção que teve por referência os documentos estratégicos por país e as respectivas prioridades sectoriais.

No decurso de 2003, ao mesmo tempo que se procurou dar sequência ao conjunto de compromissos e relações anteriores, foram tomadas várias medidas internas no sentido de reforçar a qualidade da cooperação, nomeadamente a nível da instrução dos projectos e de acompanhamento da sua execução, tendo particularmente em vista uma melhor previsão dos riscos, não apenas financeiros, e uma lógica de contribuição para o desenvolvimento durável dos países destinatários da nossa ajuda.

Assim, conforme os princípios enunciados, foi preparado o Plano de Actividades para 2003 que, sob as orientações do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em consonância com sugestões recolhidas das nossas embaixadas e dos demais intervenientes públicos e privados da cooperação para o desenvolvimento, pretendeu aplicar de uma forma coerente, eficaz e actualizada um quadro estratégico de cooperação que não só tivesse em conta os interesses nacionais, como a luta contra a pobreza, as desigualdades e a exclusão social nos países em desenvolvimento, como ainda reflectisse a preocupação posta na definição e no enriquecimento de conceitos que permitam uma melhor coordenação de todas as suas actividades e uma harmonização de processos e procedimentos.

## 2. OBJECTIVOS E ESTRATÉGIA GLOBAIS

A intervenção do IPAD ao longo de 2003, consubstanciada no respectivo **Plano de Actividades 2003**, subordinou-se à observância das principais linhas orientadoras definidas ao nível político para a ajuda pública portuguesa ao desenvolvimento e enunciadas no Programa do XV Governo Constitucional, orientando a sua actuação, ao nível operacional, pelos **objectivos** seguintes:

- Aumento da eficácia da ajuda portuguesa ao desenvolvimento através de uma maior coordenação das intervenções bilaterais e multilaterais e de um reforço do acompanhamento das acções no terreno;
- Maximização do aproveitamento dos recursos técnicos e financeiros disponíveis, promovendo uma maior coordenação das intervenções desenvolvidas pelas entidades públicas e por outros agentes nacionais;
- Reforço dos mecanismos de programação financeira da cooperação visando o cumprimento das metas assumidas internacionalmente de dedicar 0,33% do RNB à ajuda pública ao desenvolvimento;
- Apoio à participação da sociedade civil, particularmente das organizações não governamentais para o desenvolvimento e dos agentes individuais de cooperação, na tarefa solidária do progresso das sociedades e economias menos avançadas;

O facto da política portuguesa de cooperação para o desenvolvimento se encontrar inserida num contexto internacional cada vez mais preocupado em assegurar uma efectiva coordenação, global e sectorial, entre as diversas intervenções bilaterais e multilaterais e uma responsabilização maior dos próprios países em desenvolvimento, tornou essencial assegurar uma interligação substancialmente acrescida entre a cooperação bilateral e a multilateral, por forma a permitir uma melhor integração dos projectos nas estratégias globais, aumentando a complementaridade das intervenções e, conseqüentemente, a sua eficácia.

Um esforço neste sentido foi iniciado a nível dos serviços centrais do IPAD, reconhecendo-se que este deverá, igualmente, ser prosseguido no terreno, melhorando a sua eficácia, dotando-o de recursos humanos, materiais e financeiros adequados ao desempenho de funções continuadas de acompanhamento dos projectos e programas de cooperação, bem como de participação na coordenação global ou sectorial dos diferentes doadores.

No contexto nacional, através de contactos regulares e de uma política de diálogo, procurou-se sensibilizar os diversos intervenientes na área da cooperação para as vantagens de ser assegurada uma coordenação efectiva entre todos os sectores.

Considerando que a observância do compromisso assumido por Portugal de incrementar o seu contributo financeiro para a ajuda pública ao desenvolvimento de modo a atingir o limiar de 0,33% do RNB em 2006, implicaria um esforço financeiro do Estado Português que se afigura particularmente relevante, apelando ao uso de mecanismos eficientes de programação e gestão dos recursos financeiros públicos postos à

disposição da política de cooperação pelo Orçamento de Estado, o IPAD, no quadro de competências do seu mandato, exerceu com maior ênfase a função de entidade Coordenadora do Programa Orçamental da Cooperação Portuguesa no Estrangeiro (P5), que tem como finalidade a integração exhaustiva de todas as intervenções sectoriais no domínio da cooperação no estrangeiro, pretendendo, nos próximos anos, continuar a trabalhar com todas os intervenientes na melhoria dos procedimentos e da metodologia de preparação e do acompanhamento da sua execução.

Em termos dos países parceiros destinatários da ajuda, a estratégia de intervenção deu continuidade ao princípio da concentração, continuando a incidir prioritariamente nos Países de Expressão Oficial Portuguesa (PEOP).

Tal como fora planeado, de entre os países prioritários da nossa ajuda, em 2003, foi dada atenção especial a **Angola**, a **Timor Leste** e a **Moçambique** através de uma cuidada preparação e negociação dos respectivos **Programas Indicativos de Cooperação** – PICs, os quais se encontravam assinados ou em fase de assinatura no final do ano.

O desanuviamento da situação política em **Angola** permitiu a criação de condições para o relançamento mais consistente das relações bilaterais entre os dois países e, conseqüentemente, uma análise conjunta mais articulada sobre a intervenção portuguesa no processo de desenvolvimento daquele país.

Também a continuidade dos níveis de apoio a **Timor Leste** foi assumida de forma determinada, sobretudo tendo em consideração o período que se irá seguir ao final do mandato da UNMISSET, em Junho de 2004.

Dos países de concentração da ajuda portuguesa ao desenvolvimento, **Moçambique** tem vindo a merecer, um destaque crescente na atenção por parte da comunidade de doadores, particularmente no que respeita à implementação de novas modalidades de apoio. Nesta perspectiva, a Cooperação Portuguesa procurou, ao longo do ano de 2003, delinear, através de estreitos e frequentes contactos com as autoridades do país, uma atitude estratégica e de posicionamento integrada no modelo de assistência seguido pelas demais cooperações internacionais, circunstância que deverá ter o correspondente reflexo nos próximos documentos de estratégia e programação da Cooperação com aquele país.

Nos restantes países alvo da nossa cooperação bilateral foi igualmente dada sequência às actividades constantes dos programas anuais de cooperação, com excepção da **Guiné-Bissau** que continuou a viver uma situação de grande instabilidade política.

Independentemente da via utilizada (bilateral ou multilateral), os sectores prioritários da Ajuda Pública Portuguesa ao Desenvolvimento continuaram a ser a Educação, a Saúde, a Agricultura e Desenvolvimento Rural e, transversalmente, a Capacitação Institucional dentro dos sectores prioritários atrás referidos e também numa lógica de promoção da Boa Governação.

Em termos de executores de Ajuda Pública Portuguesa ao Desenvolvimento, continuou a promover-se o fortalecimento da Sociedade Civil, não só através de um maior envolvimento de Organizações não Governamentais, como de outros agentes não institucionais, reforçando as condições essenciais ao fortalecimento das parcerias para o desenvolvimento.

### **3. OBJECTIVOS ESPECÍFICOS E ESTRATÉGIA DE ACTUAÇÃO EM 2003**

Embora o IPAD se apresente como um organismo com novos contornos, a sua acção, em termos temáticos, representa a continuação de uma actividade que vinha sendo desenvolvida no passado. Tendo como referência os objectivos e a estratégia global atrás mencionados, o ano de 2003 foi para a Instituição um período de montagem do novo modelo institucional da cooperação, respondendo tão eficazmente quanto possível às suas exigências e às necessárias readaptações internas dele resultantes.

Deste modo, a intervenção do Instituto exerceu-se em torno dos seguintes objectivos específicos:

- elaboração dos instrumentos programáticos da cooperação
- reformulação dos mecanismos de programação
- reforço da coordenação e acompanhamento das intervenções da cooperação bilateral
- estímulo a uma maior participação da sociedade civil e criação das respectivas condições de enquadramento
- ligação e reforço da participação de Portugal nos organismos multilaterais de apoio ao desenvolvimento
- promoção da visibilidade da cooperação portuguesa

#### **3.1.ELABORAÇÃO DOS INSTRUMENTOS PROGRAMÁTICOS DA COOPERAÇÃO**

No decurso do ano de 2003, o IPAD deu início à reformulação dos instrumentos programáticos da cooperação com os países parceiros, especialmente com Angola, Timor Leste e Moçambique, tendo sido preparados os respectivos Programas Indicativos de Cooperação para o triénio de 2004 a 2006.

Esta reformulação atendeu, prioritariamente, à revisão das metodologias de preparação desses instrumentos, privilegiando a adequação das estratégias de intervenção aos objectivos e prioridades de desenvolvimento dos países parceiros (expressos em documentos nacionais de combate à pobreza como o caso do PARPA, em Moçambique, o da Estratégia Interina para a Redução da Pobreza, em Angola e o Plano de Desenvolvimento Nacional em Timor Leste), e à escolha das modalidades de apoio que melhor se adequassem à situação específica de cada um dos países, tendo sempre presente o objectivo global de redução da pobreza e a promoção de igualdade de oportunidades.

Na concretização desta tarefa foram aproveitadas não só as sinergias existentes entre as várias valências departamentais do IPAD, como também entre estas e os organismos sectoriais responsáveis pela execução da cooperação (Educação, Saúde, Segurança

Social e Trabalho e Finanças), bem como com as representações diplomáticas portuguesas nos países parceiros e as estruturas de apoio à cooperação nelas existentes.

Neste contexto, foram lançadas iniciativas junto das autoridades de Angola, de Timor Leste e de Moçambique, devidamente enquadradas no plano político pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, no sentido de serem realizadas, até ao final de 2003, negociações conducentes à assinatura dos respectivos Programas Indicativos de Cooperação para o período 2004-2006. O PIC de Angola foi objecto de assinatura pelas autoridades de ambos os países em Novembro de 2003, tendo os PIC de Timor Leste e de Moçambique ficado preparados para assinatura na primeira oportunidade política que ocorresse em 2004.

Embora com algum atraso, motivado pelo processo de constituição do IPAD e de extinção do ICP e da APAD, foram, logo que possível, preparados os Planos de Anuais de Cooperação de 2003 enquadrados nos Programas Indicativos que se encontravam em vigor ou, que, nos casos em que aqueles não existiam, como acontecia relativamente a Angola e Timor Leste, sistematizavam e davam coerência às acções que se encontravam em curso.

Assim, teve lugar a preparação dos PACs de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, enquadrados pelos Programas Indicativos em vigor no período 2002-2004. Nos casos de Angola e de Timor Leste, dado que os anteriores PIC haviam sido concluídos em 2002, foram negociados Planos Anuais Intercalares para 2003.

No que respeita a Moçambique foi acordado por ambos os países, aquando da deslocação de S.Exa SENEK a Maputo, que não seria elaborado nenhum Programa para o ano em curso, devendo contudo ser dada continuidade às acções que se encontravam programadas e em execução.

### **3.2.REFORMULAÇÃO DOS MECANISMOS DE PROGRAMAÇÃO**

O facto de durante 2003 decorrer a preparação dos Programas Indicativos de Cooperação para o triénio 2004-2006 com três dos principais países parceiros em termos de concentração da ajuda pública portuguesa ao desenvolvimento, propiciava a oportunidade adequada para uma revisão da metodologia de planeamento financeiro da APD e da sua orçamentação.

Esta questão assumia-se como particularmente relevante tendo em conta o já referido compromisso aceite internacionalmente por Portugal de dedicar, em 2006, uma percentagem mínima de 0,33% do Rendimento Nacional Bruto à Ajuda Pública ao Desenvolvimento. A mobilização financeira adicional que o cumprimento deste objectivo implica mereceu uma análise cuidada, tendo em consideração que muito desse reforço teria origem no Orçamento de Estado e que o país se encontrava a viver uma conjuntura financeira pouco favorável.

Deste forma, verificou-se que, para Portugal poder atingir o mencionado objectivo, as necessidades de acréscimo total da despesa efectiva, até 2006, rondariam entre os 120 e os 150 milhões €, o que representava, a manterem-se os actuais níveis de execução do orçamento da cooperação e a capacidade de absorção por parte dos nossos países

parceiros, um incremento anual no orçamento da cooperação da ordem dos 50 milhões de euros.

Este aumento, traduzido numa taxa de crescimento anual de cerca de 15%, representaria um esforço bastante pesado, a menos que a mesma pudesse vir a ser atenuada quer através de uma melhoria nos mecanismos de eficácia da ajuda que permitisse melhorar o grau de execução das acções programadas e a capacidade de absorção por parte dos países destinatários da ajuda, quer por uma concentração da despesa nos sectores com maior capacidade de transformar essa despesa em ajuda pública ao desenvolvimento.

Neste contexto, a criação, em sede de Orçamento de Estado, do **Programa Orçamental da Cooperação Portuguesa no Estrangeiro (P5)**, cuja coordenação e acompanhamento foram atribuídos ao IPAD, foi um passo importante na criação de um instrumento capaz de permitir responder eficazmente não apenas à necessária mobilização financeira adicional, mas também um apertado controle (por parte do MNE) da sua execução, evitando a possibilidade de desvio de dotações para outros fins que não os da ajuda ao desenvolvimento.

Sendo, nos moldes actuais, um programa que é construído a partir da iniciativa de cada organismo público em colocar nele os projectos e as acções de cooperação, a sua utilização eficaz para o reforço da cooperação para o desenvolvimento está fortemente dependente da capacidade que o IPAD demonstrar em articular com os restantes parceiros institucionais nacionais as linhas orientadoras de acção, as prioridades e as intervenções necessárias ao reforço da cooperação e em fazer valer o seu papel de coordenador de toda a Cooperação Portuguesa.

Neste contexto e para este fim, reconheceu-se o papel chave que a **Comissão Interministerial para a Cooperação (CIC)** desempenhará enquanto *fórum* de concertação e de afirmação da coordenação pelo MNE/IPAD, tendo-se levado a cabo 3 reuniões desta Comissão durante o ano. A primeira desta reuniões, que teve lugar em Janeiro, teve como objectivo central a apresentação da nova estrutura da Cooperação Portuguesa, resultante da fusão do ICP e da APAD e a conseqüente criação do IPAD. As restantes duas reuniões tiveram como objectivos a discussão e apreciação das propostas de PIC's para Angola, Timor Leste e Moçambique.

Ainda no contexto dos mecanismos de programação, considerou-se importante continuar o esforço de actualização permanente da **Base de Dados da Cooperação Portuguesa (BDCP)** que centraliza toda a informação, quantitativa e qualitativa, disponível sobre a actividade de cooperação exercida pelos órgãos do Estado e outras entidades públicas ou privadas. A BDCP apresenta-se cada vez mais como um instrumento de trabalho imprescindível e fulcral, designadamente para o cumprimento de algumas obrigações funcionais deste Instituto, como as que se referem à elaboração do cálculo do esforço financeiro global da Cooperação Portuguesa e à produção dos estudos e relatórios nacionais e internacionais sobre a matéria, pelo que se iniciaram esforços no sentido do melhoramento das suas funcionalidades e do acesso à informação ali contida por parte de um maior leque de utilizadores.

A **avaliação** é uma componente fundamental da ajuda pública ao desenvolvimento, na medida em que, para além de ser um instrumento essencial de aprendizagem e incorporação cumulativa de ensinamentos para a programação de futuras intervenções, permite mostrar, sectorialmente ou por país, resultados e efeitos cuja ampla difusão

confere transparência à forma como os fundos públicos são aplicados, aumentando o conhecimento e a experiência sobre a Ajuda, bem como as suas possibilidades e limitações como instrumento de desenvolvimento e mudança económica e social.

Foi, assim, no decurso de 2003, efectuada a **Avaliação da Cooperação Portugal Cabo Verde no domínio do Ensino Superior**, sendo realizado o workshop final entre todos os stakeholders envolvidos nesta avaliação para discutir os resultados preliminares da mesma. Posteriormente o produto do workshop foi integrado no relatório final da avaliação.

O IPAD promoveu a divulgação do relatório e das suas conclusões e recomendações, internamente, junto de todos os *stakeholders*, e também junto dos departamentos do Estado mais envolvidos na matéria objecto da avaliação.

Igualmente com o objectivo de divulgar o relatório e os seus ensinamentos, os sumários executivos desta avaliação - tanto em Português como em Inglês - encontram-se disponíveis no site do IPAD.

Foi, igualmente, iniciada em 2003 a avaliação do Protocolo de Colaboração com o ISCTE. Esta avaliação encontra-se em fase de discussão dos Termos de Referência entre o IPAD e o ISCTE. Prevê-se para o primeiro semestre de 2004 o início da sua realização.

Ainda no âmbito do objectivo de reformulação dos mecanismos de programação da Cooperação Portuguesa, e dado constituir tradicionalmente um instrumento de forte visibilidade e impacto nos países parceiros, o IPAD deu uma especial atenção à **política de bolsas** introduzindo algumas alterações que se afiguravam convenientes, nomeadamente orientando-as cada vez mais no sentido da respectiva atribuição coincidir com as áreas consideradas fundamentais para o cumprimento das metas de desenvolvimento sustentado delineadas pelos respectivos países, tendo sempre em consideração a formação local que se encontra já a ser ministrada e, na maior parte dos casos, já apoiada pela Cooperação Portuguesa..

Assim, e considerando que as normas em aplicação se encontravam há muito desajustadas, pois o existente Regulamento de Bolsas data já de 1995, o IPAD trabalhou no sentido de reformular esse regulamento, tarefa que transitou para 2004 uma vez que a situação dos bolseiros de Timor Leste não permitiu, ainda, uniformizar o tratamento dos bolseiros da Cooperação Portuguesa e vertê-lo num único documento, conforme superiormente determinado

No ano lectivo de 2003/2004, sem descurar a necessária formação a nível de licenciatura, o IPAD privilegiou a atribuição de bolsas de doutoramento, mestrado, e pós-graduação. Para além desta formação académica, e correspondendo às necessidades identificadas pelos países parceiros, continuaram a ser disponibilizadas bolsas de formação profissional, com duração variável.

Paralelamente, os programas de bolsas internas, programa esse que visa permitir a formação de estudantes das regiões mais interiores dos países com capacidades mas fracos recursos financeiros, evitando o desenraizamento precoce dos mesmos e dando-lhes possibilidade de prosseguirem estudos superiores, o qual já se encontrava em execução com Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe, foi alargado a Angola e Timor Leste.

### **3.3.REFORÇO DA COORDENAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO DAS INTERVENÇÕES DA COOPERAÇÃO BILATERAL**

O aperfeiçoamento dos mecanismos relacionados com a coordenação das acções de APD nas áreas geográficas de concentração da Cooperação Portuguesa constituiu, pela importância e urgência, um dos objectivos prioritários do IPAD para 2003, o qual se encontra intimamente ligado ao processo de actualização permanente de informação sobre os países ou as áreas geográficas de concentração, não só, como já vimos, na preparação e elaboração dos instrumentos programáticos da cooperação, como na ligação com os serviços de cooperação nas Embaixadas e na articulação com os serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros e outros, relativamente à sua área de competência.

Deste modo, procurou-se desenvolver um esforço concertado entre os diversos Serviços do IPAD no sentido da Coordenação respeitante às áreas geográficas se manter criteriosamente informada e actualizada sobre os países beneficiários sobretudo relativamente à sua situação política, económica e social, encaminhando sempre todo esse tipo de informação para a Base de Dados por forma a que toda a Instituição, e eventualmente terceiros, a ela possam ter acesso.

Neste âmbito merece referência a realização de uma Reunião de Coordenação com os responsáveis locais pelos Serviços de Cooperação junto das Embaixadas de Portugal nos Países de Expressão Oficial Portuguesa (PEOP), promovida pelo IPAD, e que decorreu em Lisboa, nos dias 8 e 9 de Setembro. Houve, então, oportunidade para abundante troca e informações, sugestões e esclarecimentos, visando uma melhor articulação, maior circulação de informação, maior eficácia no acompanhamento dos projectos e acções no terreno e maior visibilidade da Cooperação Portuguesa. Este tipo de reuniões ocorrerá, pelo menos, uma vez por ano, em Lisboa, ou noutra capital a designar.

#### **Coordenação Geográfica**

Como foi mencionado, a estratégia de intervenção geográfica incide prioritariamente sobre os PEOP.

Deste modo, relativamente a **Timor Leste**, manteve-se actualizada a informação recolhida do país, relativamente à situação económica, social e política. Neste contexto, foram acompanhadas as questões relativas à escassez de emprego, as débeis condições de vida da população e consequente instabilidade social. Foi dada ainda particular atenção à frente interna de Timor Leste (essencialmente no que diz respeito ao relacionamento institucional entre os Órgãos de Soberania, evolução dos aspectos relativos à segurança interna, questão dos refugiados e Falintil / Forças de Defesa de Timor Leste) e à frente externa (nomeadamente no que diz respeito à continuação do envolvimento da comunidade internacional no processo de desenvolvimento do país e, particularmente, às relações com a Indonésia, Austrália, ASEAN, NU e CPLP).

Com vista a assegurar a necessária sustentabilidade e continuidade das acções anteriormente iniciadas, o Plano Anual de Cooperação de 2003, contemplando as solicitações formuladas pelas autoridades timorenses e, ainda, o posicionamento das

cooperações bilaterais e multilaterais presentes no terreno, assentou nas seguintes áreas prioritárias: Apoio ao Sistema Educativo; Reforço da Capacitação Institucional; Construção e Reabilitação do Tecido Urbano; Apoio ao Desenvolvimento Económico. A estas áreas acresceram as do apoio ao Orçamento de Estado e da contribuição para o Trust Fund.

Na preparação do PIC, o IPAD, em plena articulação com as autoridades timorenses, empenhou-se na definição de uma estratégia a médio prazo, que permitisse responder com eficácia aos principais desafios que se perfilam:

- a promoção do desenvolvimento sustentado e a luta contra a pobreza enquanto objectivo transversal,

e, num plano mais imediato,

- a passagem para o período pós UNMISSET, nomeadamente no que diz respeito às preocupações de segurança e ordem internas, bem como à questão da transferência de competências técnicas, essenciais à criação de capacidades endógenas que permitam tornar sustentável e continuado todo e qualquer modelo de cooperação.

Com uma dotação financeira de €50 milhões, repartidos em envelopes anuais de 15, 20 e 15 milhões, respectivamente, o PIC contempla três vectores de intervenção:

- A re-introdução do Português, que é, a par do Tétum, Língua Oficial em Timor Leste;
- O reforço da capacitação institucional, nomeadamente da administração pública;
- O desenvolvimento económico e social, como instrumento de combate à pobreza.

De igual forma, durante o período em apreço, o IPAD acompanhou atentamente o evoluir da situação político-social na **Guiné-Bissau**. Não obstante a instabilidade político-social que a Guiné-Bissau tem vivido nos últimos anos, Portugal deu continuidade, em 2003, a alguns projectos, nomeadamente no domínio da Educação, com o acordo das autoridades locais, sem, no entanto, ter por base um documento enquadrador assinado entre as Partes.

Assim, prosseguiram os projectos no domínio da Educação (ensino básico, secundário, formação de professores e ensino superior, mantendo a concessão de bolsas para estudo), Saúde e Agricultura. Tendo em vista a preparação das eleições legislativas de 2004, Portugal prestou ainda apoio técnico e material ao processo de recenseamento.

No período compreendido entre 5 e 7 de Novembro deslocou-se a Bissau uma missão contida por técnicos do IPAD e dos Ministérios das Finanças e da Saúde, tendo em vista identificar um conjunto de acções para ajuda imediata e elaborado um programa de acção para 2004. Na sequência, foi elaborado e aprovado um Programa de Intervenção a Curto-Prazo, no âmbito do qual se materializou ainda em 2003, a intervenção de Urgência no Hospital Simão Mendes, para recuperação e funcionamento da Central Eléctrica, compra de combustível e limpeza dos edifícios.

Portugal concedeu ainda um apoio no valor de 1 milhão de dólares ao Tesouro Público da GB, 500 mil dólares para o Trust Fund do PNUD via Fundo Especial da CPLP e 10,6

mil euros para apoio às despesas de funcionamento do CNT (Conselho Nacional de Transição).

O Governo português acompanhou atentamente a crise política desencadeada pelo golpe de Estado em **São Tomé e Príncipe** em Julho de 2003 e procurou minimizar os problemas que essa situação de instabilidade pudesse causar na concretização dos projectos de cooperação entre os dois países.

Esses projectos desenvolveram-se no âmbito das prioridades estabelecidas pelo Programa Indicativo de Cooperação 2002-2004, que define os sectores da Agricultura, Educação, Saúde, Justiça e Formação Profissional como as áreas principais de intervenção, dentro de um eixo principal de articulação de toda a cooperação que é a Luta contra a Pobreza.

Foi elaborado o Programa de Acção para 2003-2004, que segue as linhas de intervenção e os sectores definidos no PIC para os quais se considerou prioritária a mobilização de esforços nesse período de dois anos.

As relações de Cooperação com **Moçambique** no ano de 2003 foram pautadas pelo objectivo principal de redução dos níveis de pobreza absoluta, articuladas com o PARPA – Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (2000 – 2005).

Para o efeito, na impossibilidade, por constrangimentos vários, de assinar um PIC – Programa Indicativo de Cooperação 2002 – 2004, Portugal adoptou uma estratégia de concentração de actividades em áreas prioritárias – Saúde, Educação, Boa Governança e Agricultura, privilegiando uma lógica de integração e complementaridade dos projectos, evitando, assim, a dispersão de recursos, e a ineficácia das acções.

Assim, e em face de os dois países terem acordado na não necessidade de existência de um PAC para o ano em curso, estiveram em execução em 2003 cerca de 25 programas/projectos/acções, maioritariamente integrados nos referidos eixos, observando-se, no entanto, um esforço financeiro inferior ao desempenho observado no ano anterior. Neste contexto, continuou a dar-se execução aos Programas de Apoio Pós-Emergência a Moçambique nas áreas da Agricultura, Água e Saneamento, Educação e Mulher e Acção Social.

Consciente desta situação o IPAD procedeu a uma análise “no terreno” das razões que levaram à redução dos índices de execução dos projectos e mesmo a bloqueamentos, concentrando-se no planeamento de uma nova estratégia, com vista à aprovação de um PIC para o período de 2004 – 2006, e do PAC – Plano de Acção de Cooperação para 2004. O primeiro destes documentos ficou praticamente ultimado no final do ano, ficando a aguardar o melhor momento político para a sua assinatura.

Durante o ano de 2003 desenvolveram-se, igualmente, negociações para o estabelecimento das condições da adesão de Portugal ao Programa Conjunto para o Apoio Macro-Financeiro a Moçambique, tendo sido preparado um acordo entre ambos os países a ser assinado no início de 2004.

Por outro lado, o relacionamento bilateral entre os dois Países, considerado excelente, reflectiu-se nas visitas recíprocas ao nível político, designadamente a presença em Moçambique de S.Exa SENEK (15 a 21 de Junho), que consagrou o progressivo empenho português na Ajuda ao Desenvolvimento moçambicano, com parcerias quer

trilaterais, quer multilaterais tendentes ao novo modelo para a interacção com o Mundo sugerido pela NEPAD – Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano, que Moçambique integra.

Na ausência de um Programa Indicativo de Cooperação trienal em benefício de **Angola**, foi ultimado e executou-se um Plano de Acção de Cooperação intercalar constituído por intervenções que atenderam a prioridades de desenvolvimento tanto angolanas como portuguesas, com especial incidência em projectos nas áreas de luta contra a pobreza e da educação. Ao mesmo tempo, foi sendo elaborado, em permanente concertação com as autoridades angolanas, um novo PIC para vigorar entre 2004 e 2006, que acabou por ser assinado em Outubro, durante a visita do Senhor Primeiro Ministro àquele país, tendo-se, assim, podido dar imediatamente início à preparação do PAC para 2004.

Acompanhou-se, também, a evolução da situação humanitária angolana, tendo-se procedido à organização de duas operações humanitárias, que consistiram no envio de bens de primeira necessidade, necessários ao bom êxito do processo de reassentamento das populações deslocadas internamente nos seus locais de origem, contribuindo-se, assim, para o fortalecimento da paz que se instaurou no país a partir de 2002. A fase de transição entre a emergência e o desenvolvimento em que Angola se encontra é consequência da evolução positiva da situação humanitária e da progressiva estabilização política, procurando as autoridades angolanas obter a anuência da Comunidade Internacional à organização de uma Conferência de Doadores que permita reunir meios financeiros considerados indispensáveis à reabilitação e reconstrução das estruturas económicas e sociais do país, objectivo que mereceu o apoio de Portugal, que tem, naturalmente, seguido com atenção esta matéria.

As boas relações entre Portugal e Angola estão bem reflectidas nas visitas recíprocas a nível político que tiveram lugar ao longo do ano e nos instrumentos de cooperação então assinados. Pelo nosso lado, para além da visita do Senhor Primeiro Ministro e da comitiva ministerial que o acompanhava, deslocou-se a Luanda S.Exa SENEK no âmbito da preparação do PAC 2003. Pelo lado angolano, visitaram-nos o Ministro das Relações Exteriores, ocasião em que foi assinado o PAC 2003, e o Ministro das Pescas. Foram igualmente acompanhadas, com grande interesse e atenção, as numerosas missões empresariais que se deslocaram a Angola, dando prova de confiança na crescente estabilidade política e na bondade das reformas macro-económicas empreendidas pelas autoridades angolanas. A fim de reforçar o bom ambiente empresarial, foi levada a cabo uma acção de formação de autoridades financeiras tendo em vista habilitá-las a negociar com Portugal um Acordo para Evitar a Dupla Tributação, perspectivando-se também a negociação de um Acordo de Protecção Mútua de Investimentos.

As relações de cooperação com **Cabo Verde** decorreram com o bom nível habitual, e foram reforçadas por frequentes contactos de responsáveis sectoriais, com destaque para visitas de Ministros da Ciência e Ensino Superior, da Saúde e da Justiça, e assinatura de novos Acordos nestas áreas, merecendo especial menção a Visita Oficial de S.Exa Primeiro Ministro a Cabo Verde, em Julho passado, ocasião em que foi assinado o PAC-2003.

Neste ano foi reactivada a Sociedade de Desenvolvimento da Ilha da Boavista, criada em 2001, e para cuja Unidade Técnica (UTE), foi então designado o representante

português, realizando-se, seguidamente, reuniões da UTE em Lisboa e na Praia, que culminaram com a assinatura, na capital caboverdeana, de um Acordo que prevê o desenvolvimento de planos, estudos e pareceres quanto ao ordenamento e desenvolvimento turístico, trabalhos de cartografia digital aérea e criação de cadastro de terrenos naquela Ilha e na do Maio.

Portugal participou activamente na Reunião de Parceiros de Desenvolvimento de Cabo Verde (Praia-Abril), e acompanhou, em diversas instâncias, o processo de saída de CV do grupo dos PMA e de graduação em PDM, e comprometeu-se com CV na criação de um grupo de trabalho para apoiar a pretensão das autoridades caboverdeanas de alcançarem um estatuto especial junto da UE, desiderato que apoiamos intervindo nas sedes adequadas.

### **Coordenação Sectorial**

No contexto da coordenação sectorial foi feita a análise de novas propostas de projectos de cooperação e de ajuda pública submetidas ao IPAD e realizado o acompanhamento da execução física e financeira dos já aprovados e em curso, incluindo os Programas e Projectos transitados da ex-APAD.

Foram ainda emitidos pareceres prévios sobre projectos de cooperação e de ajuda pública ao desenvolvimento propostos por outras entidades, nomeadamente os da responsabilidade do Ministério da Segurança Social e do Trabalho.

Dos Programas, Projectos e Acções de cooperação bilateral em curso e/ou aprovados em 2003, salientam-se pela sua importância os seguintes, agrupados por Sectores:

#### ***Educação***

No âmbito do **Ensino Básico**, continuou a acompanhar-se a execução física e financeira, conjuntamente com o Ministério da Educação, dos Programas de Apoio ao Sistema Educativo na Guiné-Bissau, em Cabo Verde, em São Tomé e Príncipe e em Timor Leste. Deu-se, ainda, continuidade ao acompanhamento do funcionamento da Escola Portuguesa de Díli, tendo sido dado início ao processo de concurso para selecção da empresa construtora para a 2ª fase daquela escola.

No âmbito do **Ensino Superior**, durante o ano de 2003 deu-se continuidade aos projectos de cooperação universitária entre as Faculdades de Direito da Universidade de Coimbra e da Universidade Agostinho Neto e entre as Faculdades de Direito da Universidade de Lisboa e da Universidade de Bissau e da Universidade Eduardo Mondlane e, ainda, ao Projecto Fundação das Universidades Portuguesas (FUP)/ Universidade Nacional de Timor Leste.

Estes projectos têm por objectivo a consolidação do ensino superior e as suas actividades centram-se no apoio à docência com a colocação em permanência de professores e ainda com a aquisição e envio de bibliografia.

Foi ainda aprovado um apoio para o “Projecto do Centro de Ensino à Distância de Díli”, programa que se insere numa rede mais vasta de Centros similares designada por Global Development Learning Network (GDLN), cujo objectivo é disseminar o conhecimento e promover assim a qualificação dos recursos humanos em várias áreas do globo.

Foi também aprovado um apoio financeiro ao Mestrado em Agronomia e Recursos Naturais a desenvolver no Lubango, em Angola, pelo Instituto Superior de Agronomia.

### **Bolsas**

No âmbito do programa de **Bolsas para estudos superiores em Portugal**, e por despacho de S.Exa SENEK de 3 de Julho de 2003, foram atribuídos os seguintes contingentes de novas bolsas para o ano lectivo de 2003/04

País	Secundário	Licenciatura	Mestrados	Doutoramentos	Total
<b>Angola</b>	-	18	3	1	22
<b>Cabo Verde</b>	-	20	10	1	31
<b>Guiné-Bissau</b>	-	9	6	2	17
<b>Mozambique</b>	-	17	5	1	23
<b>S. T. Príncipe</b>	-	8	2	1	11
<b>Total</b>	-	72	26	6	104

Para além da definição do contingente, foi superiormente determinada a articulação destas bolsas com a concessão de bolsas no terreno, devendo as bolsas em Portugal privilegiar níveis de ensino superior, em particular, em áreas inexistentes nos países solicitantes.

O montante das bolsas individuais foi, para o ano civil de 2003, estipulado com base numa actualização de 1,5% dos valores praticados no ano anterior, contemplando, em todos os níveis, parcelas para a manutenção do estudante, subsídio de instalação para os que têm bolsa pela 1ª vez, e subsídio de propinas que, no caso do nível de licenciatura é liquidado na totalidade; e, ainda, no nível de licenciatura, um subsídio de alojamento (ou em alternativa concessão de alojamento em residência académica a pedido do estudante e quando existe vaga), e um subsídio de material didáctico.

As instruções contidas no despacho superior foram transmitidas aos países beneficiários tendo os processos vindo a ser instruídos desde a comunicação da disponibilidade (início de Julho) até finais de Dezembro – os processos de 1ªs bolsas passam pelo pedido de colocação ao M. da Ciência e Ensino Superior (ou pelo M. da Educação no caso de obtenção de equivalências) de acordo com as prioridades definidas pelo país beneficiário e atentas as determinações superiores acima enunciadas.

Quanto aos processos de renovação de bolsas, os procedimentos arrastaram-se até Dezembro uma vez que alguns estabelecimentos de ensino permitem a realização de exames até essa altura.

O ponto de situação em Dezembro de 2003:

País	Bolsas em Portugal						Total	
	Secundário	Licenciaturas <sup>1</sup>		Mestrados		Doutoramentos		
		Ren.	Novas	Ren.	Novas	Ren.		Novas
Angola	2	53	<sup>2</sup>	4	1	1	<b>61</b>	
Cabo Verde	-	104	23	9	7		<b>144</b>	
Guiné-Bissau	2	76	9	13	6	1+1 (investigaç.)	<b>110</b>	
Moçambique	-	93	8	8	1	1	<b>111</b>	
S. T. Príncipe	3	42	7	3			<b>56</b>	
Timor <sup>3</sup>	<sup>3</sup> téc.n.prof.	24		1			<b>28</b>	
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>439</b>		<b>53</b>		<b>8</b>	<b>510</b>	

Quanto à utilização dos contingentes oferecidos para licenciatura anote-se que Moçambique, apesar de ter seleccionado candidatos para preencher a oferta - 17 bolsas oferecidas - só utilizou 8 bolsas.

No que respeitou a Cabo Verde, só preencheu 7 das 10 vagas de mestrado tendo solicitado a reversão das restantes 3 para o nível de licenciatura, pedido que foi acolhido.

Para além dos contingentes de bolseiros dos PEOB abrangidos por legislação específica, existem bolseiros de outros países cuja vinda para Portugal e atribuição de bolsa de estudo se deveu a factores meramente políticos, sendo a estada académica e respectiva bolsa regidas, por extensão e analogia, pelo DC de 18 de Maio.

Encontravam-se nesta situação, no início do ano lectivo 2003/2004, 11 bolseiros palestinos (licenciatura em medicina), 5 da Guiné Equatorial (a aguardar ingresso no ensino superior) e 1 do Benin (frequenta mestrado).

De entre este grupo, o mais preocupante é o grupo dos guineenses porquanto ainda não ingressaram no ensino superior, objectivo da respectiva vinda para Portugal. Esta matéria, que tem vindo a ser directamente conduzida por Gabinetes ministeriais foi, em devido tempo, equacionada junto do MCEC, mas até Dezembro não foi solucionada. Se a situação se mantiver até Março, os estudantes terão de se submeter a provas de acesso tal como qualquer estudante estrangeiro que pretenda prosseguir estudos em Portugal.

No âmbito do programa de **Bolsas no terreno** (bolsas internas), foi superiormente determinado (despacho de 3 de Julho) o seguinte contingente

<sup>1</sup> Alguns dos estudantes contabilizados nas renovações 2003/04 terão eventualmente terminado a formação em 31 de Dezembro.

<sup>2</sup> As candidaturas apresentadas para preencher o total do contingente eram direccionadas para o 12º ano não contemplado no despacho de S.Éxa SENE C .

<sup>3</sup> Estes estudantes residiam em Portugal à data da atribuição da bolsa; referido no ponto 2 desta Nota verbal as situações especiais respeitantes à vinda de estudantes a partir de 2001, que acrescem a estes.

País	Nº de Bolsas oferecidas	Nº de bolsas em utilização em Dezembro
Angola	20	Proposta a despacho
Cabo Verde	20	20
Guiné-Bissau	50	39 <sup>4</sup>
Moçambique	10	3
S. Tomé e Príncipe	60	53
Timor Leste	20	20 <sup>5</sup>
Total	180	135

A duração destas bolsas é de 11 meses e os critérios estabelecidos foram transpostos para Regulamentos específicos (para cuja elaboração se contou com as sugestões das nossas embaixadas e autoridades dos respectivos países). Ainda em análise no caso da Guiné. Já aprovados os Regulamentos de Cabo Verde e Timor Leste e em fase de aprovação superior os de Angola e S. Tomé e Príncipe. Moçambique solicitou outro tipo de projecto (integração da verba em projecto global do país, não tendo, contudo, enviado elementos para análise da proposta nesta perspectiva).

No âmbito do programa de **Bolsas de formação profissional**, a procura/atribuição isolada destas bolsas tem vindo a decrescer, uma vez que se tem caminhado para projectos estruturados e estruturantes em que uma das componentes é a formação profissional.

As áreas em que estas bolsas têm vindo a ser utilizadas são, fundamentalmente, a saúde (estágios de médicos), formação no LNEC (decorrente de Protocolos bilaterais entre os laboratórios de cada PALOP e o LNEC) e formação no INE (no domínio das estatísticas, também na sequência de protocolos bilaterais entre instituições homólogas).

Em 2003 foram subsidiados 73 meses de formação de que beneficiaram 16 formandos.

Há a salientar a formação na Escola Superior de Polícia que no ano lectivo 2003/04 é frequentada por 16 cadetes provenientes dos PALOP. O IPAD co-financia esta formação atribuindo a cada formando um subsídio complementar (os custos da formação são da responsabilidade do MAI, tratando-se de formação em regime de internato), tendo o tecto financeiro estipulado para 2003 sido de 40.000,00€

Neste item também se podem incluir as bolsas de formação na área técnico-militar. Correspondendo esta formação a necessidades bilateralmente negociadas entre homólogos da Defesa de Portugal e dos 5 PALOP, foi superiormente decidida a atribuição anual de verba global para estes encargos.

O interlocutor do IPAD é a DGPDN que nos transmite anualmente as necessidades enviando, mensalmente, os correlativos documentos de despesa.

O tecto financeiro estipulado para 2003 foi de 624.000,00€

No âmbito da **Formação na área da diplomacia**, em 2003 foi retomada uma formação com alguma tradição na cooperação – formação na área diplomático-consular. A iniciativa teve, contudo, contornos diferentes do que se vinha fazendo por se entender que os resultados das experiências anteriores ficaram aquém do desejado.

<sup>4</sup> Este projecto já vigorava tendo-se liquidado, até Julho, 50 bolsas

<sup>5</sup> Início de execução em Janeiro de 2004.

Assim, em 2003, a formação destinou-se exclusivamente a quadros da carreira diplomática e realizou-se sob a forma de curso intensivo subordinado ao tema “A diplomacia moderna”; abrangeu 16 diplomatas de 6 países de língua portuguesa – 4 de Angola, 4 de Moçambique, e 2 de Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Timor leste, respectivamente.

O curso teve a duração de um mês tendo sido custeado na íntegra pelo IPAD – viagens, estada (alojamento e alimentação), dinheiro de bolso, manuais, docentes, etc. – com um encargo total de 66.360 €

No âmbito da **cooperação tripartida**, para além da atribuição/gestão das bolsas concedidas pelo Estado Português, através do IPAD, e que se descreveram acima, o Instituto coordena/gera bolsas oferecidas pelo Luxemburgo a S. Tomé e Príncipe (Acordo tripartido), pela CE para formação na área da estatística – projecto COMSTAT, e pela CE oferecidas a Angola na área das Pescas (com base em documentos de intenção que remontam a 1993 e que foram reapreciados em Dezembro).

De referir que o Núcleo trabalhou no sentido de reformular o **Regulamento de bolsas de estudo da cooperação** em vigor (que data de 1995) tarefa que transita para 2004 uma vez que a situação dos bolseiros de Timor não permitiu, ainda, uniformizar o tratamento dos bolseiros da Cooperação Portuguesa e vertê-lo num único documento, conforme superiormente determinado, como atrás já referido.

### *Saúde*

A cooperação no sector da Saúde continuou a ser desenvolvida em estreita colaboração e articulação com o Ministério da Saúde e com o Instituto de Higiene e Medicina Tropical. As intervenções desenvolvidas integraram dois dos principais objectivos estratégicos, de acordo com as orientações internacionais de luta contra a pobreza: por um lado a promoção dos cuidados de saúde primários, por outro a luta contra as doenças transmissíveis e as grandes endemias, nomeadamente o HIV/SIDA e a Malária.

Assim, salientam-se, nomeadamente, as seguintes intervenções:

- Acompanhamento da implementação do “Plano de Intervenção em Áreas Prioritárias no Sector da Saúde em Angola”, promovido pela DGS e co-financiado pelo Ministério das Finanças, nomeadamente nas novas vertentes relativas à Área das Meningites, ao Tratamento de Resíduos Hospitalares e à formação.
- Conclusão do “Projecto do Centro Hospitalar de S. Tomé e Príncipe”, do qual se destacam as acções de assistência médica diferenciada (Imagiologia e Manutenção de Equipamentos, Dermatologia, Farmácia Hospitalar, Ortopedia Pediátrica, Serviço de Urgência), a formação em exercício de quadros e pessoal de saúde, o fornecimento de medicamentos e a assistência técnica à gestão hospitalar. Foi também enviado equipamento de endoscopia, ortopedia e otorrinolaringologia.
- Aprovação do financiamento da participação portuguesa para o Projecto Tripartido Port./EUA/STP de Controlo da Malária, que abrange as vertentes de Formação de Profissionais de Saúde e de Acompanhamento técnico e científico de uma intervenção piloto”, tendo sido preparado o respectivo Despacho

Conjunto para enquadramento do financiamento plurianual. Foi ainda assegurada a participação nas reuniões no âmbito do Acordo de Cooperação e Defesa Portugal/EUA, nomeadamente nas Reuniões da Comissão Bilateral e nas reuniões da Sub-Comissão Científica.

- Aprovação e início da execução do “Projecto de avaliação da eficácia da vacina da Cólera WC/rBS na Beira – Moçambique” em colaboração com a Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa, a Universidade de Gutemberg e a Organização Mundial de Saúde.
- Aprovação do “Projecto de Formação de Pessoal e Manutenção de Instalações e Equipamentos de Saúde em Cabo Verde”, da responsabilidade do Serviço de Utilização Comum dos Hospitais, com o objectivo de prestar assistência técnica e capacitar as instituições de saúde a operar naquele país, nos domínios referidos.
- Aprovação e início da execução de um co-financiamento do “Projecto de Formação Pós-Graduada de Médicos em Bissau”, da responsabilidade do Instituto de Ciências Bio-Médicas de Abel Salazar, nas rubricas relativas à aquisição de reagentes e outro material médico.

### ***Agricultura***

No sector da agricultura, prosseguiu o Projecto “Centro Experimental e de Fomento Frutícola e Hortícola do Quebo”, na Guiné-Bissau, tendo-se concluído todas as intervenções consideradas prioritárias ao nível da melhoria das infra-estruturas do Centro. Foram instalados novos campos de ensaio de fruteiras e hortícolas e procedeu-se ao acompanhamento dos campos já instalados de fruteiras. Prosseguiram ainda acções de formação.

Em São Tomé e Príncipe, durante o 1º semestre de ano, foi concluída a participação portuguesa no Programa de Apoio às Médias Empresas Agrícolas Santomenses (PAMEA) tendo sido transferida a responsabilidade do programa para as autoridades de STP.

Em Timor Leste, foi aprovado o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural de Timor Leste (PADRTL) para o período 2003-2006 e deu-se início à sua implementação. Este Programa, a desenvolver em parceria com os Ministérios da Agricultura de Portugal e de Timor Leste, tem como objectivo o aumento do rendimento das populações rurais e a diversificação das culturas, centrando-se na cultura do café, complementada com intervenções ao nível da florestação e das culturas alimentares.

Deu-se por concluído o financiamento ao Programa de Desenvolvimento Rural da Costa de Cabo Delgado em Moçambique, desenvolvido pela Fundação Aga Khan, cujas actividades se centraram na organização social das comunidades, na formação de recursos humanos, na assistência técnica nas áreas da agricultura, pescas e recursos florestais e em intervenções sociais na educação e na saúde.

Realça-se ainda a aprovação, para Cabo Verde, dos projectos de “Reforço das Parcerias e de Apoio à Execução do Programa de Luta contra a Pobreza Rural” e de “Apoio à 2ª Fase do Projecto de Capacitação Institucional da Agência Nacional de Segurança Alimentar (ANSA)”.

### ***Fornecimento de Águas e Saneamento Básico***

Neste sector, desenvolveu-se e concluiu-se o “Projecto do Aqueduto de Ataúro Oeste – Timor Leste”, que permitiu criar condições de abastecimento de água para a população daquela zona da Ilha, através da reabilitação do sistema de captação de água e do Aqueduto.

Com o objectivo de criar idênticas condições de abastecimento de água para as populações do Sul e da costa Leste, foi aprovado novo financiamento para a construção de raiz de um sistema de captação e de distribuição de água, com cerca de 60Km.

### ***Energia***

No âmbito da implantação de um Parque Industrial em Viana/Angola, deu-se início à implementação do “Projecto de Execução da Ampliação da Rede Colectiva de MT/BT”, em parceria com a DGAERI/M.Finanças,.

Ainda em Angola, continuou a desenvolver-se o “Projecto de Assistência Técnica ao Centro de Formação Profissional de Quadros de Electricidade Hoji Ya Henda”.

### ***Outras Infra-estruturas e Serviços Sociais***

Desenvolveu-se o “Projecto de Levantamento Aéreo-Fotogramétrico de Cabo Verde”, com vista à produção de base cartográfica e de ortofotomapas para a totalidade do território.

Iniciaram-se “Cursos de Formação dirigidos a funcionários da Administração Local e Eleitos Locais “ em co-financiamento com a Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Foi igualmente apoiada a realização de um Programa de Formação Profissional da Associação Nacional de Empreiteiros e Obras Públicas (ANEOP) visando a valorização dos recursos humanos angolanos e em particular a inserção no mercado de trabalho dos desmobilizados de guerra.

### ***Administração Governamental***

Nesta área realça-se a cooperação desenvolvida com Timor Leste, no quadro da qual se referem: i) o “Projecto de Cooperação na área da Justiça”, que decorre do Programa do PNUD para o sector, que teve como objectivos principais a formação de magistrados timorenses que integrarão os quadros do Centro de Formação Jurídica em Díli e de apoio à produção de legislação; ii) o “Projecto de Assessoria à Delimitação das Fronteiras Marítimas de Timor Leste” com a Austrália e a Indonésia; iii) o “Projecto do Grupo de Estudos de Reconstrução de Timor Leste” cuja intervenção abrangeu as áreas da elaboração e implementação de um sistema de gestão territorial integrado e a resolução de questões emergentes no âmbito do esforço de reconstrução do país.

Por outro lado, foi prestada assessoria ao processo de reforma legislativa e à reestruturação do aparelho judicial de São Tomé e Príncipe.

### ***Comunicações***

No âmbito da Comunicação Social concretizou-se o Projecto de Apoio à Criação e Funcionamento Regular de um Serviço Público de Rádio Difusão em Timor Leste através da concessão de um apoio financeiro para apoio ao orçamento e operacionalização de um estúdio de televisão.

Relativamente a Cabo Verde foi aprovado um Programa de Cooperação no domínio da Comunicação Social, cujo financiamento pela Cooperação Portuguesa se destina a melhorar a cobertura das emissões de televisão e de rádio na cidade da Praia.

Realizaram-se ainda 6 seminários de formação de jornalistas angolanos, nas cidades de Luanda, Benguela e Huambo, nas áreas do Jornalismo de Investigação e Radiofónico, da responsabilidade do Sindicato de Jornalistas angolano.

### ***Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)***

No âmbito da CPLP continuaram a ser desenvolvidos os contactos necessários com diversos Ministérios sectoriais com projectos em curso ou em fase de análise/preparação, com vista à elaboração de documentação para as reuniões de Chefes de Estado, Ministros e dos Pontos Focais.

Continuaram a ser acompanhados os projectos em curso no quadro da CPLP, nomeadamente do Projecto de Formação de Recursos Humanos em Saúde, devendo ainda ser coordenada a participação portuguesa no processo de constituição do dossier de apresentação do Programa no âmbito o HIV/SIDA ao Fundo Global de Luta contra o HIV/SIDA, Tuberculose e Malária para financiamento.

### ***PIR-PALOP***

Foi dada continuidade ao trabalho de articulação entre as entidades portuguesas envolvidas na execução dos três projectos já aprovados, a Assistência Técnica ao PIR-PALOP II e os Serviços da Comissão, inerente à implementação dos mesmos.

No quadro do Programa Indicativo Regional PIR-PALOP II, assinado em 1997, estão em execução os “Projecto de Apoio aos Sistemas Judiciários” (já em curso), “Projecto de Reforço da Capacidade da Administração Pública” (em fase de arranque) e “Projecto de Apoio ao Desenvolvimento dos Sistemas Estatísticos dos PALOP” (já em curso), que deverá ter um projecto complementar português.

Tratando-se de intervenções plurianuais, foram preparadas as necessárias Portarias para enquadramento dos respectivos financiamentos.

Foi ainda assegurada a participação nas reuniões entre Ordenadores Nacionais e a Comissão Europeia, cujo objectivo foi analisar a execução do Programa, e identificar eventuais constrangimentos, procurando facilitar a coordenação.

### ***Direitos do Homem, Democracia e Boa Governação / Gestão da Base de Dados de Observadores Eleitorais***

Continuou a ser feita ao longo do ano, em articulação com a DGPE- MNE, a selecção de candidatos para missões de Supervisão/Observação Eleitoral no âmbito da União Europeia (UE). A selecção de Observadores para integrar Missões no quadro da

Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) não se concretizou devido a constrangimentos financeiros da Parte portuguesa.

Em 2003 Portugal participou nas eleições da Nigéria (2 LTO's e 3 STO's), nas Eleições Parlamentares no Camboja (2 LTO's e 2 STO's), nas Eleições no Ruanda (1 LTO e 4 STO's), nas Eleições de Moçambique ((1LTO's e 2 STO's) e nas Eleições na Guatemala (1LTO's e 5 STO's).

Refere-se ainda que observadores portugueses participaram nos Cursos de Formação para Observadores LTO's, e Core Team realizados pelo Europeaid / Needs.

No quadro dos processos eleitorais calendarizados para Moçambique entre 2003 e 2004, abrangendo eleições municipais, parlamentares e presidenciais, foram aprovados dois apoios complementares da Cooperação Portuguesa, um relativo ao Projecto PNUD de Assistência Eleitoral a Moçambique e outro destinado á realização de um seminário promovido pela Associação dos Parlamentos Europeus para África (AWEPA).

### **3.4. ESTIMULO A UMA MAIOR PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL E CRIAÇÃO DAS RESPECTIVAS CONDIÇÕES DE ENQUADRAMENTO**

#### ***Apoio à sociedade civil e ajuda humanitária***

O apoio à sociedade civil e a prestação de ajuda humanitária de emergência constitui um eixo fundamental da Cooperação Portuguesa, estruturado nas duas grandes áreas de competência deste serviço – Apoio à sociedade civil e ajuda humanitária de emergência.

Quanto ao apoio à sociedade civil, as ONGD são, cada vez mais, um parceiro fundamental para o desenvolvimento, o que se tem reflectido no número crescente de projectos apoiados.

O dinamismo e a crescente participação destas organizações, reflecte-se no número de projectos apresentados (111), em 2003, num montante global que excedeu 77% a verba inscrita no orçamento para o apoio a ONGD.

Assim, em 2003, verificou-se um reforço do orçamento na ordem dos 60%, que se traduziu no apoio financeiro a 43 projectos, apresentados por 22 ONGD, no valor de 2.793.278,50 euros.

Para o ano de 2004, prevê-se o aumento do número de candidaturas de projectos a financiamento do IPAD, bem como dos respectivos montantes.

Em resultado da experiência adquirida no processo de apreciação dos projectos e conforme previsto nos documentos elaborados, as normas em vigor carecem de pequenos ajustamentos. Neste sentido, foram estabelecidos contactos com a Plataforma das ONGD, por forma a definir um quadro de trabalho que venha a permitir a sua reformulação.

Ainda no âmbito de apoio à sociedade civil, foram financiadas acções de outras entidades, que não ONGD, consideradas prioritárias para os objectivos da Cooperação Portuguesa. Neste sentido, foi iniciada a preparação de uma nova definição de enquadramento quanto ao orçamento e entidades elegíveis.

Por outro lado, o acompanhamento dos projectos no terreno constitui um elemento fundamental não só para o conhecimento da realidade em que se desenvolvem, como para uma maior objectividade na sua análise, permitindo de igual modo verificar se a respectiva execução está a decorrer de forma adequada. Neste sentido, iniciou-se a elaboração de um plano de monitorização dos projectos em curso.

No âmbito da Educação para o Desenvolvimento, o IPAD integrou o Grupo GENE – *Global Education Network Europe*, promovido pelo Centro Norte-Sul, do Conselho da Europa, tendo participado na Conferência *Learning for a Global Society*, organizada em parceria com o *Development Education Association*. Nesta área, foi ainda prestado apoio à realização da *Escola de Verão*, promovida pela Plataforma das ONGD Portuguesas, que se realizou em Peniche e teve a participação do IPAD.

Foi mantido o diálogo com a Plataforma Portuguesa das ONGD, no quadro do Protocolo assinado com ex-ICP, o qual se tem revelado da maior importância na enumeração de medidas a tomar para o bom desempenho da sociedade civil, tais como: Estatuto do Cooperante, Lei de Registo das ONGD, Estatuto do Mecenato, Regras de Projectos de Emergência, Adaptação das Regras de Projectos de Desenvolvimento e Projectos de Educação para o Desenvolvimento.

Em 2003, do orçamento do IPAD, encontrava-se afecto para ajuda humanitária o montante de 2.300.000€

Foram levadas a cabo duas acções a favor de **Angola**, no valor de 301.167 € na lógica de continuação de apoio ao reforço do processo de paz. Foi, igualmente, patrocinado o envio de contentores da Fundação *Pro Dignitate* no valor de 9.833 €

No âmbito do conflito militar no **Iraque**, foi consignado o montante de 1 M€ para o apoio às vítimas do conflito e para a reconstrução do país, que se traduziu até ao momento no apoio aos projectos das ONGD portuguesas a operar no terreno, AMI – Assistência Médica Internacional e MDM – Médicos do Mundo, e na contribuição às Agências das Nações Unidas, PAM e UNICEF, bem como ao CICV.

Considerando o compromisso assumido na Conferência de Doadores de Tóquio para o Fundo das Nações Unidas de Apoio à Reconstrução do **Afeganistão**, Portugal liquidou a segunda *tranche*, via Banco Mundial, no valor de 200 mil euros.

Na sequência do sismo que assolou a **Argélia**, o IPAD prestou uma assistência medicamentosa através da oferta, às autoridades daquele país, de medicamentos e material médico, no valor de 15.000 €

Para a **Guiné-Bissau** foi efectuada uma missão de ajuda humanitária de emergência que se traduziu no envio de um avião com bens considerados prioritários, no valor de 133.607,60 €

Para assistência às vítimas do sismo que ocorreu no **Irão**, o IPAD enviou bens de primeira necessidade (medicamentos e cobertores), no valor de 45.196,80 €

Foram ainda financiados, no âmbito da ajuda humanitária, 3 projectos da ONGD AMI para Timor, Guiné-Bissau e Angola, no valor total de 296.292 €

Por se considerar necessário elaborar um plano de ajuda humanitária de emergência, que permita definir as competências das diversas instituições do Estado com atribuições

nesta matéria, procurando otimizar a coordenação das ajudas e a sua eficácia no terreno, o IPAD participou, em 2003, na elaboração de um Plano de Assistência Humanitária a implementar por Portugal em resposta a apelos internacionais e bilaterais nesta área.

No domínio da representação portuguesa nas instâncias europeias, o IPAD assegurou o acompanhamento de todos os assuntos que dizem respeito à sociedade civil e ajuda humanitária e, igualmente, a participação nos Comités de:

- Co-financiamento das ONGD, visando a defesa das preocupações e das necessidades das ONGD portuguesas, por forma a facilitar não só o seu acesso a fundos europeus, mas também a reforçar a sua ligação às demais instituições europeias do sector.
- Ajuda Humanitária do ECHO, no sentido de definir as prioridades da intervenção humanitária da U.E.

### ***Cooperantes***

Em 2003, o IPAD, tendo como objectivo a reorientação da política de contratação dos agentes da cooperação, sistematizou a informação disponível de modo a definir um quadro orientador que permitisse uma definição quanto à metodologia a adoptar.

O IPAD continuou a assegurar a selecção e contratação dos agentes de cooperação em colaboração com o Ministério da Educação, sublinhando-se como prioritário o acompanhamento das actividades decorrentes do “Projecto de Apoio ao Ensino Secundário” em:

- Cabo Verde : Tendo em vista colmatar a falta de professores cabo-verdianos neste nível de ensino, este apoio foi iniciado no ano lectivo 1999/2000, estando a leccionar, no ano lectivo 2003/2004, 85 professores, distribuídos pelas diversas ilhas do Arquipélago.
- Guiné-Bissau: O apoio a este país teve início no ano lectivo de 2000/01 e envolveu a contratação de 11 professores de língua portuguesa.
- São Tomé e Príncipe: No caso particular deste país, a vertente formação de professores, no ano lectivo 2003/2004, contemplou a contratação de 12 professores.

O “Projecto de Apoio ao Ensino Secundário”, à semelhança dos projectos na área da educação, é co-financiado pelo IPAD, e pelo Ministério da Educação, por intermédio do Gabinete de Assuntos Europeus e Relações Internacionais.

Não tendo sido ainda posto termo definitivo às contratações individuais de cooperantes com vínculo à administração pública portuguesa, encontram-se, ao abrigo do DL 363/85, de 10 de Setembro, 10 cooperantes nos PALOP a exercer funções nas áreas do Ensino e da Saúde.

Para além dos cooperantes com encargos para a Cooperação Portuguesa, existem ainda outros Técnicos que, sem quaisquer custos, beneficiam do estatuto de cooperante sendo requisitados pela Cooperação Portuguesa para trabalhar em empresas mistas ou privadas

ao abrigo de Acordos Bilaterais de Cooperação. Em 2003 encontravam-se 2 Técnicos a exercer funções na Guiné-Bissau e 6 em Moçambique.

No ano de 2003, foram acompanhadas as situações de assistência técnica ao abrigo de outros enquadramentos jurídicos, nomeadamente o Dec-Lei nº 10/2000.

Assim, neste enquadramento, deu-se continuidade às assessorias técnicas no âmbito da ajuda à administração pública timorense, nomeadamente nos domínios da Educação, Administração Interna, Turismo, Trabalho e Solidariedade e Finanças.

No quadro do projecto de Reintrodução da Língua Portuguesa em Timor Leste, foi assegurada a contratação de 117 professores, para leccionar naquele país.

Igualmente, ao abrigo do DL 10/2000, foram colocados 13 professores na Escola Portuguesa de Díli e outros 3 no Seminário Maior Interdiocesano de S. Pedro e S. Paulo, tendo sido ainda instruído o processo de atribuição de Licença Especial aos professores universitários no quadro do projecto CRUP/Fundação das Universidades Portuguesas.

### **3.5.LIGAÇÃO E REFORÇO DA PARTICIPAÇÃO DE PORTUGAL NOS ORGANISMOS MULTILATERAIS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO**

No âmbito do novo modelo institucional aprovado para a Cooperação Portuguesa, o IPAD deverá reforçar e dar maior consistência e coerência à sua participação nos principais fora internacionais, designadamente ao nível das Nações Unidas, Banco Mundial, OCDE e, muito especialmente, pela sua importância estratégica, ao nível da União Europeia.

A assunção plena desta responsabilidade deverá desenvolver-se de forma progressiva mas decidida, tanto mais que se está a construir um consenso cada vez mais lato em torno das grandes linhas da cooperação internacional para o desenvolvimento. Tal propicia que a coordenação internacional dos diversos doadores se venha afirmando como instrumento indispensável na cooperação internacional, o que exige da nossa parte um entrosamento cada vez maior entre a cooperação bilateral e a multilateral, na sede, mas também no terreno.

O ano de 2003 foi especialmente marcado pelo debate à volta do acompanhamento dos compromissos de Barcelona e Monterrey. A Comissão apresentou um primeiro Relatório sobre a forma como os EM, individualmente considerados e no seu conjunto, estavam a pôr em prática esses compromissos, concluindo pela necessidade de um maior esforço de alguns EM para alcançar os objectivos pretendidos, nomeadamente aquele que respeita ao aumento da APD, pelo menos até 0,33% do RNB, até 2006, por forma a ser atingida, nesta data, a média comunitária de 0,39%.

Portugal, como já foi referido, também assumiu este compromisso. A APD portuguesa situou-se, em 2002, na ordem dos 0,27% (tendo subido dos 0,25% em 2001) e deverá crescer até aos 0,33%, para se cumprir a meta acordada entre todos os EM.

Outro dos compromissos de Barcelona, que mobilizou de forma mais visível os esforços dos EM e da Comissão, ao longo de 2003, foi o objectivo da Coordenação das Políticas

e da Harmonização dos Procedimentos. Foram dados passos neste sentido que, no fundo, se prende com uma maior eficácia da ajuda. A Comissão apresentará ao CAGRE, em Abril de 2004, um Relatório sobre os progressos feitos nesta matéria.

No ano de 2003, com o desaparecimento da formação Desenvolvimento do Conselho, foi decidido pelas Presidências, de uma forma não institucional, com o apoio de todos os EM e da Comissão, que o debate das questões relativas à cooperação para o desenvolvimento se deveria concentrar em dois CAGRE anuais, normalmente em Maio e Novembro. Esta decisão, que deverá ser mantida pelas futuras Presidências, até 2006, tem a vantagem de dar maior visibilidade, operacionalidade e um interesse político acrescido à cooperação para o desenvolvimento, no contexto das Relações Externas da UE.

Portugal, nos diversos “fora” onde este problema foi levantado sempre considerou positiva a concentração dos temas da cooperação para o desenvolvimento, em dois CAGRE por ano. Como contribuição para este debate divulgou um estudo, encomendado ao ECDPM, no âmbito do Acordo tripartido IPAD/ECDPM/IEEI6, estudo esse intitulado: “A nova organização do Conselho da União Europeia: um recuo ou uma oportunidade para a Cooperação para o Desenvolvimento da União Europeia?”

É também de referir, pela sua importância, que as duas presidências, ao longo de 2003, decidiram realizar reuniões informais dos ministros do desenvolvimento, que tiveram lugar em Junho em Alexandropoles e em Outubro, em Trieste. Os principais temas discutidos nestes encontros foram: consequências do alargamento para o desenvolvimento; cooperação para o desenvolvimento na convenção europeia; progressos nas negociações da OMC; flexibilidade e eficácia do fundo europeu de desenvolvimento; facilidade de paz; coordenação, complementaridade e coerência.

É de destacar ainda o acompanhamento do seguimento das grandes Cimeiras e Conferências internacionais, nomeadamente das Conferências de Monterrey<sup>7</sup> e sobre os Países Menos Avançados<sup>8</sup>, bem como o acompanhamento da preparação da Cimeira Mundial sobre a Sociedade de Informação cuja 1ª fase teve lugar em Genebra, no final do ano, e da qual resultaram uma Declaração e um Plano de Acção<sup>9</sup>.

É ainda de referir que, durante o ano de 2003, se continuaram a desenvolver actividades no Quadro do Protocolo de Cooperação entre o IPAD, o ECDPM (European Centre for

---

<sup>6</sup> Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento/European Centre for Development Policy Management/Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais

<sup>7</sup> O IPAD esteve representado na reunião de Alto Nível no âmbito da Assembleia Geral da ONU nos passados dias 29 e 30 de Outubro de 2003.

<sup>8</sup> O IPAD foi responsável pela realização do relatório nacional sobre os compromissos assumidos pela comunidade doadora durante a Conferência dos PMA's, que se realizou em Bruxelas, Maio de 2001. Nesse relatório, são realçados os diversos capítulos do Plano de Acção de Bruxelas e feita a respectiva correspondência com as acções que a cooperação portuguesa tem financiado no sentido de respeitar os compromissos assumidos.

<sup>9</sup> Com vista à preparação da 1ª fase da Cimeira, a OCDE elaborou um CD-ROM onde constam informações actualizadas sobre os mecanismos de cooperação na área das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), tendo por base a matriz de doadores da OCDE. O IPAD, em colaboração com a UMIC (Unidade de Missão, Inovação e Conhecimento), facultou todos os dados disponíveis para o preenchimento da referida matriz, na qual constam as acções levadas a cabo por Portugal em matéria de cooperação para o desenvolvimento na área das TIC.

Development Policy Management) e o IEEI (Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais). Destaca-se, o Seminário sobre os Desafios das Relações Europa-África, que teve lugar em Lisboa, em Outubro de 2003. No final do ano foi assinado um novo Protocolo entre o IPAD-ECDPM-IEEI, que vai vigorar, por dois anos, até ao final de 2005.

Finalmente, refira-se que esta Direcção de Serviços, à semelhança de anos anteriores, continuou, ao longo de 2003, a participar nas reuniões da Comissão Interministerial dos Assuntos Comunitários, presidida por SEXA Secretário de Estado dos Assuntos Europeus e onde estão representados todos os Ministérios.

## **COOPERAÇÃO COMUNITÁRIA**

### ***POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DA UNIÃO EUROPEIA***

No ano de 2003, e na continuação do trabalho realizado em anos anteriores, a Comunidade e os Estados Membros, nas várias instâncias de discussão intensificaram o esforço para levar à prática o grande objectivo da política de cooperação para o desenvolvimento da EU – luta contra a pobreza com vista à sua erradicação – consignado na Declaração Conjunta do Conselho e da Comissão, aprovada no final do ano 2000.

Em 2003, de acordo com os dados, ainda provisórios, disponibilizados pela Comissão, foram atingidos os mais elevados níveis de sempre, quer em compromissos, quer em desembolsos, tanto na ajuda financiada pelo Orçamento Geral da UE, como na financiada pelo FED. Assim os compromissos no âmbito do orçamento atingiram 3.919 M€ e os desembolsos 3.271 M€ enquanto os compromissos do FED atingiram 4.127 M€ e os desembolsos 2.431 M€

O Conselho reafirmou o papel essencial que a União Europeia deve desempenhar na consecução dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio e a necessidade de dar uma maior atenção aos resultados obtidos, através dos quais se pode constatar o impacto na redução da pobreza. Foi considerado igualmente essencial o aprofundamento da colaboração e da coordenação no seio da UE e com outros doadores, com base em parcerias e planos nacionais como os Documentos de Estratégia por País, os Documentos de Estratégia para Redução da Pobreza e os Programas Sectoriais.

O IPAD acompanhou ainda, os assuntos discutidos nos Grupos do Conselho – Cooperação para o Desenvolvimento (CODEV), África Caraíbas e Pacífico (ACP; inclui as questões financeiras) e Ajuda Alimentar e assegurou a representação portuguesa em diversos Comitês de Financiamento (Comité FED – Fundo Europeu de Desenvolvimento, Comité PVDALA – Países em Vias de Desenvolvimento da América Latina e Ásia, Comité de Cooperação para o Desenvolvimento da África do Sul, Comité de Segurança e Ajuda Alimentar e Comité dos Direitos do Homem).

### ***Conselho Assuntos Gerais e Relações Externas (CAGRE)***

Em Março de 2003 teve lugar o debate habitual no CAGRE, no início de cada ano, sobre a Eficácia da Acção Externa onde foram debatidos quatro grandes temas: Reforma da gestão da ajuda externa da UE; Prioridades e afectações de recursos; Aumento da capacidade de resposta da despesa externa; Melhoria do financiamento da PESC

No que respeita à Cooperação para o Desenvolvimento, em 2003, o Conselho debateu e aprovou várias Conclusões, destacando-se as seguintes: Acompanhamento da Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento; Desvinculação da ajuda; Implementação da Política de Desenvolvimento da CE; Relatório da Comissão sobre a Política de Cooperação para o Desenvolvimento da CE e a implementação da ajuda externa em 2002; Governação e Desenvolvimento; Sector Privado nos Países em Desenvolvimento; Conclusões sobre Migrações e Desenvolvimento.

Foram ainda apreciadas, pelo Conselho, em 2003, questões relativas ao Género e Desenvolvimento e ao papel da sociedade civil no desenvolvimento dos PED.

### ***Outras reuniões***

Durante o ano de 2003, o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento acompanhou os trabalhos das diversas reuniões de peritos organizados pela Comissão, sobre diferentes temas e sectores relacionados com a ajuda ao desenvolvimento – saúde, educação, sociedade de informação, investigação, entre outras. Devido à falta de técnicos disponíveis e a restrições orçamentais não participou nas referidas reuniões, embora em algumas delas, nomeadamente, educação e saúde, os problemas discutidos fossem da maior importância para a cooperação bilateral portuguesa.

Ainda no que respeita a reuniões, salienta-se a continuidade da prática, retomada em 2001, da realização de encontros informais dos Directores-Gerais do Desenvolvimento. Realizaram-se, ao longo de 2003, 3 reuniões (Fevereiro, Maio e Outubro) que constituíram boas ocasiões para discussões de temas relevantes para a política de cooperação para o desenvolvimento dos EM e da Comissão.

### ***RELAÇÕES UE-ÁFRICA***

Em 2003 Portugal continuou a acompanhar o processo de seguimento da Cimeira Europa-África do Cairo e a liderar a discussão, pelo lado europeu, do tema Prevenção e Gestão de Conflitos, incluindo as Minas Terrestres (em colaboração com a Comissão Europeia, a França e a Bélgica).

Apesar do adiamento da II Cimeira Europa-África, inicialmente prevista para 4-5 de Abril, em Lisboa, e da inexistência de uma data para a sua realização, foram, em 2003, registados alguns desenvolvimentos importantes para a retoma e revitalização desse processo: apresentação, pela Comissão, de uma Comunicação ao Conselho, em 26 de Junho, contendo propostas de orientação relativamente ao formato e às prioridades do diálogo UE-África; e continuação do diálogo através de reuniões das *Troikas* da UE e da União Africana, ao nível de Altos Funcionários e Ministerial.

No CAGRE de Novembro foi ainda adoptada uma decisão relativa à utilização de recursos do 9.º Fundo Europeu de Desenvolvimento (250 M€) para a constituição de uma Facilidade de Paz para África, destinada a financiar os custos não militares das operações de paz africanas, empreendidas pela UA e pelas organizações sub-regionais africanas. Portugal manifestou desde o início uma posição politicamente favorável a uma iniciativa desta natureza, que poderá funcionar como um instrumento operacional importante para o reforço do diálogo e da cooperação UE-África em matéria de paz e segurança.

No seguimento das Conclusões da Cimeira do G8 de Evian, no sentido do alargamento formal da parceria do G8 com África (Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano) a outros parceiros internacionais, Portugal foi ainda convidado a participar no “*Fórum Alargado para a Parceria com África*”, para o qual o Dr. José Manuel Briosa e Gala foi nomeado Representante Pessoal de Sua Excelência o Primeiro Ministro. Participam neste Fórum os Representantes Pessoais dos Chefes de Estado e de Governo dos principais parceiros do desenvolvimento africano, com valores de APD para África superiores a 100 milhões de dólares/ano<sup>10</sup>, para além dos Representantes Pessoais dos países do G8 e do Comité de Implementação da NEPAD. O Fórum alargado deverá, contudo, contribuir para um acompanhamento regular dos avanços realizados pelos Estados Africanos e pelos países doadores, e funcionar como um catalisador da cooperação com a NEPAD, através da possibilidade de apresentação de propostas e/ou recomendações aos Governos e organizações participantes. O Fórum reunirá duas vezes por ano, em África e num dos países parceiros. A primeira reunião teve lugar em Paris, em Novembro de 2003.

### ***África do Sul***

O 4.º Conselho de Cooperação UE-África do Sul teve lugar em Pretória, em Dezembro de 2003. No âmbito do Programa para a Reconstrução e Desenvolvimento para o período 2000-2006, que enquadra as relações de cooperação da UE com a África do Sul, foi, em 2003, efectuada uma avaliação do primeiro Programa Indicativo Multianual (2000-2002) e assinado o Documento de Estratégia e respectivo Programa Indicativo para o período 2003-2006 (515 milhões de €). Em 2003 a UE comprometeu cerca de 126 milhões de € no apoio à África do Sul, correspondentes à totalidade das verbas orçamentadas para esse ano.

### ***RELAÇÕES UE-ACP***

O Acordo de Parceria ACP-CE (Acordo de Cotonou) entrou formalmente em vigor em 1 de Abril de 2003, terminado o processo de ratificação pelos Estados Membros da UE e pelos Estados ACP. Portugal contribui em cerca de 133,86 milhões de € (0,97%) para o IX Fundo Europeu de Desenvolvimento, constituído a partir de contribuições dos 15 Estados Membros.

De acordo com os dados, ainda provisórios, disponibilizados pela Comissão, a ajuda financiada no quadro do FED, atingiu montantes bastante significativos em 2003, quer no que diz respeito aos compromissos - 4.127 M€ - e aos desembolsos - 2.431 M€. Estes montantes são substancialmente superiores aos registados nos anos anteriores e reflectem não tanto as alterações introduzidas pela reforma da gestão da ajuda, mas a entrada efectiva em vigor da programação do 9º FED, com a aprovação de importantes programas superiores a 100 M€.

Em 2003 foi iniciada a segunda fase das negociações de Acordos de Parceria Económica ACP-CE (APE) – por países e regiões ACP – previstos no Acordo de Cotonou, com as organizações regionais da África Central – CEMAC e São Tomé e Príncipe e da África Ocidental – CEDEAO e República da Mauritânia. Este processo deverá assentar na supressão progressiva das barreiras comerciais entre as partes e no

---

<sup>10</sup> Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, Irlanda, Noruega, Holanda, Portugal, Suécia e Suíça.

reforço da cooperação nos domínios determinantes para o comércio, apostando no reforço da integração regional, indispensável para uma posterior integração desses países na economia mundial. O actual regime comercial será prolongado até 2008 (data de entrada em vigor dos APE) como etapa preparatória para a introdução da reciprocidade.

O ano de 2003 foi ainda marcado pela aprovação do pedido de adesão de Timor Leste ao Acordo de Cotonou. Até à data da constituição do 10.º FED, a cooperação financeira ao abrigo do Acordo de Cotonou ficará, contudo, limitada aos recursos do 9.º Fundo Europeu de Desenvolvimento (2000-2005) para o apoio à cooperação e integração regional. A concretização da Estratégia de Cooperação UE-Timor Leste (2002-2006) continuará a ser, até essa data, assegurada a partir de recursos provenientes do orçamento comunitário (cerca de 70,5 milhões de €).

Esta decisão foi adoptada pela 28ª Sessão do Conselho de Ministros ACP-CE, que teve lugar em Bruxelas, em 17 de Maio, onde foram igualmente aprovados alguns documentos conjuntos importantes acerca do diálogo político ACP-CE, do acesso dos actores não estatais aos recursos do FED e da preparação de posições conjuntas para próximas conferências internacionais. Foi ainda aí decidida a utilização de 335 M€ de reservas do 9.º FED para o alívio da dívida dos Estados ACP, sob a Iniciativa para os Países Pobres Altamente Endividados, e apreciada a proposta de criação de um Fundo Água para os países ACP.

No âmbito do diálogo regular UE-ACP, foram, ainda, em 2003 realizadas duas sessões da Assembleia Parlamentar Paritária (em Brazzaville e em Roma).

Em Outubro de 2003, a Comissão apresentou uma Comunicação ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre a “*Integração Plena da Cooperação com os países ACP no Orçamento da UE*”, apontando para a extinção do FED enquanto instrumento financeiro autónomo e para a submissão da cooperação UE-ACP aos princípios e modalidades estabelecidas no âmbito do Orçamento da UE. Portugal manifestou uma posição em princípio favorável à manutenção do FED enquanto instrumento autónomo, dado considerar ser essa a melhor forma de assegurar a manutenção da qualidade, do volume e da previsibilidade da cooperação com os países ACP. A Espanha e o Reino Unido também se manifestaram em princípio desfavoráveis quanto à via da orçamentação. Esta proposta continuará a ser discutida em 2004, sendo necessária uma posição unânime dos Estados Membros para a sua aprovação.

Na sequência do golpe de Estado de Setembro de 2003, na República da Guiné-Bissau, a Comissão apresentou ainda, em 17 de Dezembro, uma Comunicação ao Conselho relativa à abertura de consultas com a Guiné-Bissau em aplicação do artigo 96.º do Acordo de Cotonou, com vista a verificar a existência de condições para o relançamento pleno da cooperação nas suas várias vertentes. No âmbito do Conselho e em contactos bilaterais com a Comissão e com os restantes Estados Membros, Portugal tem procurado sensibilizar a Comissão e os parceiros da UE para a necessidade de serem encontrados recursos, disponíveis nos PIN (Programa Indicativo Nacional) dos 8º e 9º FED, para apoiarem os esforços de que o governo da Guiné-Bissau deu mostras nesta fase de transição, até à realização de eleições, marcadas para 28 de Março de 2004.

## **COOPERAÇÃO MULTILATERAL**

### **NAÇÕES UNIDAS**

Uma das apostas a nível das acções de cooperação multilateral tem sido, sem qualquer dúvida, o acompanhamento do trabalho desenvolvido no âmbito das Nações Unidas, e mais especificamente das actividades do PNUD, FNUAP, UNESCO e UNIDO.

#### ***PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento***

##### Visita do administrador do PNUD a Lisboa

Em Junho de 2003 o Administrador do PNUD, Sr. Mark Malloch, visitou o nosso país e manteve contacto com as autoridades Portuguesas. Com vista à preparação da sua vinda, o IPAD recebeu a Sra. Cécile Berthaud, Coordenadora das Relações com o Sul da Europa, em Maio de 2003. Foram igualmente abordadas as questões relacionadas com os recursos regulares do PNUD e a possibilidade de Portugal firmar um novo acordo com este programa das Nações Unidas (Fundos Temáticos).

##### Contribuição Voluntária

Em 2003 Portugal procedeu ao pagamento da sua contribuição voluntária para o PNUD no valor de 1.600.000 USD, dos quais 400.000 USD foram pagos pelo IPAD (o remanescente foi assegurado pelos SAF).

##### Trust Fund junto do PNUD

Foi autorizada a reposição do Trust Fund português junto do PNUD no montante de 380 000 USD, para fazer face aos compromissos assumidos durante o ano de 2002 com os projectos de *Apoio ao Sector da Justiça – Moçambique* – 125.000 USD (última tranche); *Apoio ao Parlamento Moçambicano* – 120.000USD (3ª e última tranche); *Desenvolvimento dos Media em Moçambique 1ª tranche – Fase II* – 100.000USD e *Publicação em português do Relatório de Desenvolvimento Humano* – 35.000USD.

Quanto ao ano de 2003 foram financiados os projectos de Desenvolvimento dos Media em Moçambique 2 e 3ª tranche – Fase II – 200.000USD e Publicação em Português do Relatório de Desenvolvimento Humano– 35.000USD.

Refira-se que decorreu, em Julho de 2003 na Fundação Cidade Lisboa, o lançamento da versão Portuguesa do Relatório de Desenvolvimento Humano, cerimónia na qual esteve presente o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, o Presidente do IPAD e o Representante Residente do PNUD no Zimbabwe (Dr. Vítor Ângelo), entre outros.

##### Programa “Junior Professional Officers”

Foi autorizada a renovação, para o ano de 2003, dos contratos dos dois JPO’s portugueses colocados nos escritórios do PNUD, em Angola e Moçambique e, consequentemente, o pagamento dos respectivos encargos no montante de 249.260,13 USD.

### **FNUAP**

Por despacho de Sexa SENE, o IPAD assumiu, em 2003, o pagamento de 15 mil USD em “complemento” da contribuição dos SAF, de molde a perfazer uma contribuição

nacional de 40 mil USD. Por forma a evitar a existência de contribuições repartidas, foi superiormente sugerido que, de 2004 em diante, a contribuição Portuguesa para a FNUAP, de 40 mil USD, passasse a ser desembolsada apenas pelo IPAD.

### **UNESCO**

Durante o ano de 2003 não se procedeu à reposição do Trust Fund junto da UNESCO, muito embora quando do encontro de Sexa MNECP com Director Geral da UNESCO, que teve lugar em Abril de 2003, Portugal tenha anunciado o financiamento de 100 000 USD do Trust Fund português para um projecto no âmbito da “Educação para Todos”. Este tem como objectivo principal ajudar os PALOP a elaborar os seus Planos Nacionais de Educação para Todos.

### **UNIDO**

Portugal detém na UNIDO um montante de 1,240.294 USD que resulta de contribuições do nosso país feitas no passado e de uma verba disponibilizada pelo Instituto para a Cooperação Económica, com vista à abertura de um Centro de Promoção de Investimento em Lisboa que nunca se chegou a concretizar. Consequentemente acresceram juros anuais que possibilitaram chegar ao valor acima apontado.

Durante o ano de 2003 a UNIDO apresentou-nos propostas para a utilização daquele fundo, designadamente o *Projecto de Reforço das Capacidades para a Reabilitação da Indústria Agro-alimentar em Angola*, o *Programa Integrado para o apoio ao Desenvolvimento do Sector Privado em Moçambique*, o *Programa Integrado para o Desenvolvimento do Sector Empresarial em Cabo Verde* e o *Programa de Cooperação Técnica em Timor Leste*. Contudo, o processo de decisão relativo à aplicação dos recursos Portugueses existentes na UNIDO não foi concluído no decurso de 2003.

### **BANCO MUNDIAL**

#### ***Fundo Global Sida***

Em Julho de 2003 decorreu, em Paris, a Conferência Internacional de Apoio ao Fundo Global contra a SIDA, a Tuberculose e a Malária, cuja organização esteve a cargo da França e dos EUA. O objectivo da Conferência centrou-se numa maior projecção do Fundo Global, de modo a atrair novas contribuições financeiras quer do sector público, quer do sector privado.

Na sequência desta Conferência, Portugal, que até aqui nunca tinha anunciado qualquer contribuição para o Fundo Global SIDA, dirigiu uma carta ao Presidente do Conselho de Administração do Fundo, Sr. Tommy Thompson, anunciando uma contribuição no valor de 1 milhão de USD a ser paga em diferentes parcelas. A primeira parcela foi liquidada em Dezembro de 2003 no valor de 400.000 USD.

#### ***Trust Fund Reconstrução Afeganistão***

Na Conferência de Doadores de Tóquio, Portugal comprometeu-se a contribuir para o Trust Fund para Reconstrução Afeganistão com uma verba de 750 000 euros. A transferência da primeira parcela de 200 mil euros para o Banco Mundial foi solicitada pela ex-APAD em Dezembro 2002 mas efectuada apenas, pela Direcção Geral do

Tesouro, em 24/01/03. Uma segunda parcela de mais 200.000 euros foi paga em Outubro de 2003.

### ***Seminário sobre Países de Baixo Rendimento sob Stress***

Decorreu, na Fundação Cidade Lisboa, em Maio de 2003, um seminário subordinado ao tema “Países de Baixo Rendimento sob Stress” – LICUS, cuja organização esteve a cargo do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.

A apresentação do tema foi feita pela Dra. Sarah Cliffe que é, actualmente, a coordenadora do Programa do Banco Mundial para os países considerados como LICUS. Foi, até ao verão de 2002, responsável pela representação do Banco Mundial em Dili e tem sido grande dinamizadora do programa de assistência preconizado pelo Banco em Timor Leste.

O objectivo do seminário assentou na análise dos desafios que se colocam quando lidamos com países considerados como LICUS, tendo como ponto de partida a necessidade de se responder em consonância com as condições inerentes a cada país.

Verificou-se uma participação activa de diferentes organismos ligados à cooperação para o desenvolvimento a nível nacional.

### ***Seminário “Sessões com o Banco Mundial”***

O Banco Mundial organizou, nos dias 14-15 de Outubro de 2003, um Seminário intitulado “*Sessões com o Banco Mundial*”, em colaboração com o Ministério das Finanças e o IPAD.

O primeiro dia do evento foi dedicado muito especialmente à apresentação do *Relatório do Desenvolvimento Mundial 2004*, importante documento de enquadramento político, ele aborda essencialmente as melhores práticas e as falhas na implementação das actividades relacionadas com o desenvolvimento e como caminhar no sentido das Metas de Desenvolvimento do Milénio.

O segundo e último dia do seminário consistiu numa sessão informativa destinada, fundamentalmente, a abordar a questão do papel importante que a Sociedade Civil tem vindo a adquirir no contexto dos programas de cooperação internacional para o desenvolvimento. Estiveram presentes ONGD's, Fundações e Universidades portuguesas.

## ***OUTRAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS***

### ***Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE***

#### **Reunião de Alto Nível do CAD/OCDE**

Realizou-se, nos dias 22 a 23 de Abril 2003 a reunião de alto nível do CAD que, como tem sido hábito, contou com a presença de membros do Governo dos países membros, designadamente de representantes da cooperação e desenvolvimento. A delegação portuguesa foi chefiada pelo Senhor Secretário de Estado da Cooperação.

Os principais temas tratados no decorrer da reunião foram os seguintes:

- **Eficácia da Ajuda.** Verificou-se uma concordância quanto à necessidade de melhorar significativamente a eficácia da ajuda pública ao desenvolvimento, referindo que o aumento necessário do volume de APD deverá ser acompanhado de medidas que garantam o seu bom uso e resultados concretos. Foi, igualmente, salientada a importância de os doadores caminharem no sentido de uma harmonização de procedimentos, com vista à redução dos custos de transacção e melhoria dos próprios processos de ajuda internacional ao desenvolvimento. Neste sentido, foi referida a necessidade de aprofundar as Conclusões de Roma, levando cada Estado membro a adaptar o seu respectivo Plano de Acção nesse domínio.

- **Crescimento Económico e Redução da Pobreza.** A ideia subjacente a este tema de discussão foi a de que o crescimento económico é um factor fundamental à redução da pobreza e não depende exclusivamente da ajuda pública ao desenvolvimento. Foi referido, muito em concreto, o papel fulcral da coerência entre a APD e as políticas comerciais. Para além das iniciativas conducentes ao reforço do sector privado nos países em desenvolvimento foi, igualmente, referida a necessidade de “*capacity building*” nesses países, em particular nas áreas do investimento e comércio, bem como de financiamento e desenvolvimento de infra-estruturas fundamentais ao desenvolvimento dos países, tais como transportes, energia, água e saneamento, para as quais poderá haver o envolvimento também do sector privado dos doadores e beneficiários.

#### Reunião de Altos Funcionários

A reunião de Altos Funcionários do CAD, que teve lugar nos dias 10 e 11 de Dezembro de 2003, o IPAD esteve representado por uma vogal do Conselho Directivo.

A relação entre a segurança e o desenvolvimento foi o tema mais debatido, quer do ponto de vista conceptual quer em termos de alterações que deverão ou não ser introduzidas nos critérios de contabilização da APD, por forma a contemplar despesas efectuadas pelos doadores no campo da segurança/defesa. O debate deverá prosseguir na reunião de Alto Nível do CAD de 2004.

Foi ainda aprovado, e remetido à consideração do Conselho da OCDE, a proposta que prevê a criação de um mecanismo de avaliação mútua entre a OCDE e o NEPAD, e que deverá começar a funcionar em 2005.

#### No Domínio da Avaliação

O IPAD participou na primeira reunião da Network on Development Evaluation, grupo sucessor do DAC Working Party on Aid Evaluation, na qual se avançou em termos do estabelecimento de um programa de trabalho conjunto para os próximos três anos. Portugal pondera uma participação financeira em favor de actividades a realizar no âmbito deste Programa de Trabalho.

Portugal manteve uma presença activa na reunião “Grupo dos Chefes dos Serviços de Avaliação dos Países da União Europeia” que se debruçou sobre a coordenação entre os vários serviços de Avaliação, e a articulação/monitorização da actividade mantida pelo Departamento de Avaliação do Desenvolvimento da União Europeia.

A reunião teve também como ponto forte a preparação da integração dos países do alargamento nos trabalhos do Grupo.

***Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP)***

O Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) é o ponto focal português para a área da cooperação e, nessa qualidade, participa nas reuniões de Pontos Focais de Cooperação da CPLP, que se realizam duas vezes por ano.

A cooperação em 2003 foi marcada por uma importante actividade voltada para os domínios económico, social, cultural, jurídico e técnico-científico, consubstanciada num vasto leque de possibilidades no âmbito da concepção, implementação e avaliação de projectos numa perspectiva de multilateralidade e complementaridade a partir de iniciativas concertadas e integradas. Como exemplo de toda esta acção, em 2003, referem-se os seguintes projectos em que Portugal participou:

**Criação de um Centro de Excelência em Desenvolvimento Empresarial** – visa promover programas e acções de formação de recursos humanos dos países da CPLP na área da gestão empresarial. Cada Estado membro deverá financiar este Centro em cerca de 40 mil USD/ano. O acordo constitutivo deverá ser assinado em 2004.

**Criação de um Centro de Excelência em Administração Pública** – centro análogo ao anterior mas que visa a formação de recursos humanos da administração pública dos países da CPLP. Cada Estado membro deverá financiar este Centro em cerca de 40 mil USD/ano. O acordo constitutivo deverá ser assinado em 2004.

**Apoio à reconstrução da Guiné-Bissau:** foram aprovados dois projectos (Formação de Novos Inspectores e Delegados regionais do Trabalho e da Administração Pública e Apoio à Produção de Arroz *Bas-Fond*) e uma acção pontual para a Guiné-Bissau (Reestruturação e revitalização da Faculdade de Direito de Bissau), tendo em conta a difícil conjuntura sócio-económica que aquele país atravessa. O Ponto Focal português assumiu ainda, a nível bilateral, os custos com o transporte do material para acção pontual de apoio à reestruturação da Faculdade de Direito de Bissau, iniciativa enquadrada na cooperação bilateral desenvolvida entre a Faculdade de Direito de Lisboa e aquela Faculdade.

**Estatísticas da Educação:** realizou-se, em 2003, um encontro com o INE-Portugal para o relançamento das bases para a Cooperação Estatística no quadro da CPLP, estando em preparação um CD-ROM sobre esta matéria.

**Cooperação Técnica em Telecomunicações:** o projecto teve início com a realização do I Seminário Internacional de Telecomunicações em Luanda, em Julho 2002. No final de 2003, foi realizado o II Seminário, no Brasil.

**Estudos Lusitanistas na Biblioteca Nacional de Lisboa:** foi realizado um encontro entre a CPLP, Fundação Luso-Brasileira e a Biblioteca Nacional de Lisboa que culminou com a assinatura de um regulamento para a concessão de bolsas de estudo. Foi lançado o concurso e por ocasião da VII Reunião de Pontos Focais da CPLP (Julho 2003) estavam inscritos 4 candidatos – 2 de Moçambique e 2 da Guiné-Bissau – aguardando-se a candidatura dos restantes Estados membros.

**Projecto HIV-Sida:** em Junho 2003, a CPLP apresentou, este projecto para financiamento ao Fundo Global SIDA das Nações Unidas, que não obteve, todavia, a necessária aprovação. A justificação assenta no facto do Fundo Global ter deixado de

aceitar programas elaborados por grupos de países por considerarem ser difícil efectuar o controlo daqueles programas.

No quadro da cooperação empresarial e económica da CPLP, revela-se importante a confirmação da dimensão empresarial como prioridade luso-brasileira. A realização do II Fórum Empresarial da CPLP (Junho 2003) e a criação de um Conselho Empresarial consideram-se passos fundamentais para o amadurecimento desta dimensão, cujo interesse português está bem patente através do envolvimento da ELO.

### ***Cimeira Ibero-Americana***

Sob Presidência boliviana e com o tema da inclusão social como pano de fundo, realizaram-se em 2003, as três reuniões de responsáveis de cooperação ibero-americanas preparatórias da Cimeira Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo, que contaram com a participação do IPAD, enquanto entidade responsável pela cooperação.

De referir ainda que a contribuição portuguesa relativa a 2003 para a SECIB, no valor de 32.011,455 USD (1,4%) foi já liquidada.

De recordar que Portugal ocupa o 5º lugar em termos de contribuições financeiras para a SECIB (1º - Espanha; 2º - Brasil; 3º - México, 4º - Argentina). A Espanha financia em cerca de 80% o orçamento da SECIB, sendo os restantes 20% suportados pelos demais países membros. Destaca-se ainda como relevante, em 2003, a discussão do Relatório do ex-Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, sobre “O Futuro da Cooperação Ibero-Americana” em que se sintetiza a história, os mecanismos e os trabalhos resultantes das Cimeiras.

### ***TICAD***

A terceira sessão da Conferência Internacional para o Desenvolvimento Africano decorreu em Set/ Out. de 2003 no Japão. Portugal foi representado pelo ex- Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Dr. Lourenço dos Santos.

Uma das principais mensagens que esta sessão do TICAD procurou deixar foi a de que a NEPAD constitui o novo desafio do continente africano, através da qual deverá prosseguir os seus esforços no sentido de obter o seu próprio desenvolvimento.

Dos documentos que foram submetidos no decorrer da reunião destaca-se o seguinte:

- *Histórias de Sucesso e Modelos de Projectos*, para o qual foi solicitado o contributo de todos os intervenientes no processo TICAD, incluindo países africanos e doadores. Portugal apresentou também a sua contribuição, mediante o preenchimento de um conjunto de fichas contendo informação relativa à sua cooperação com os países africanos.

### ***MICROCRÉDITO***

Tal como nos anos anteriores, procedeu-se ao envio do Formulário do Plano de Acção Institucional 2003 para o Secretariado da Cimeira do Microcrédito, no qual o IPAD apontou os montantes envolvidos com actividades relacionadas com programas de desenvolvimento de microcrédito nos países parceiros em desenvolvimento.

***IIDEA – Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral***

Durante o ano de 2003, o IPAD procedeu à liquidação dos valores em dívida relativos à quota parte dos SPM de 2001 e 2002, bem como a totalidade da contribuição de 2003, pelo que se procedeu à transferência de 150.000 USD.

Foi, no ano em causa, igualmente proposto superiormente a denúncia do Acordo por parte de Portugal, face ao pouco envolvimento que o nosso país tem tido no IIDEA, ao previsível aumento da contribuição financeira por parte dos Estados membros e da necessidade de racionalização e concentração das contribuições portuguesas para as organizações internacionais consideradas prioritárias. Contudo, ainda não foi tomada decisão superior sobre esta matéria.

***Reconstrução do Iraque***

Em 23/24 de Outubro, teve lugar em Madrid uma Conferência de Doadores para a reconstrução do Iraque. Nela, Sua Excelência a Ministra dos Negócios Estrangeiros, anunciou a contribuição de Portugal para este processo, num total de 17,5 M€ Ajuda humanitária (2003): 500 000 € Estabilização e segurança (2003/2004): 15 M€(GNR); Formação: 500 000 €para programas a executar bilateralmente; Apoio aos expatriados e emigrantes: 1 M€para afectar, em partes iguais, às agências e programas multilaterais que se ocupam desta área ACNUR e OIM; Apoio ao Ministério dos Deslocados e Migrantes do Iraque – departamento da CPA (Coalition Provisional Authority) da qual faz parte o Dr. José Lamego: 500 000 €

**3.6.REFORÇO DA VISIBILIDADE DA COOPERAÇÃO**

Reconhecendo a necessidade e importância crescente de se dispor e poder disponibilizar uma informação cada vez mais completa e transparente sobre as actividades da Cooperação Portuguesa, o IPAD realizou, no âmbito do reforço da visibilidade da Cooperação Portuguesa, um esforço para produzir e manter um *website* mais atractivo, moderno e agilizado que transmitisse com clareza e eficácia a actual realidade. A sua constante actualização, com todas as matérias relevantes para a Cooperação e um *design* gráfico mais moderno, foi tarefa levada a cabo durante o ano de 2003.

Assim, este projecto desenvolveu-se ao longo de, aproximadamente, seis meses envolvendo, na sua fase inicial, um primeiro trabalho de debate de ideias e de concepção gráfica e de conteúdos, seguiu-se a fase de execução propriamente dita, executada, essencialmente, pelo Serviço de Comunicação e Imagem e pelo Centro de Informática, que procederam em conjunto ao projecto de criação e alimentação do *site*, sempre em estreita colaboração com os serviços e atendendo, tanto quanto possível e justificável, às ideias e sugestões destes.

O *site* foi colocado *on line* no final do Verão de 2003 e, desde então, tem funcionado com o apoio técnico e criativo do Centro de Informática e sob a coordenação geral e de conteúdos do Serviço de Comunicação e Imagem, a quem compete a triagem e adaptação de textos e/ou informação provenientes dos serviços, recebidos do exterior ou produzidos pelo próprio Serviço de Comunicação e Imagem, tendo sido, ainda, constituída uma equipa de “*focal points*” designados por cada um dos serviços do IPAD

como interlocutores privilegiados do site para questões relacionadas com a sua manutenção e actualização.

Ainda neste domínio o Centro de Documentação e Informação do IPAD concebeu e produziu uma exposição de fotografias sobre projectos de cooperação apresentado em Tóquio por ocasião do TICAD III, no início de Outubro de 2003

#### 4. ESTRUTURA ORGÂNICA DO IPAD

A estruturação interna do IPAD para assegurar as funções que lhe foram cometidas encontra-se definida no diploma que aprovou a organização, funções e competências do Instituto.

O ano de 2003 foi assumindo como um ano de transição entre o anterior e o actual modelo de estrutura de cooperação para o desenvolvimento do Estado Português, alteração que, em termos da organização interna dos departamentos, motivou uma reafecção de técnicos e responsabilidades. Desta forma, o IPAD, ao longo do ano, foi progressivamente procurada a definição precisa dos contornos de competências, responsabilidades e valências de cada um dos respectivos departamentos.

Em face do que se encontra definido quanto a esta matéria no Despacho nº 6178/2003 de S.Exa SENEAC, da necessária complementaridade interdepartamental e do aproveitamento interno de sinergias e, ainda, dos objectivos específicos atrás enunciados para a actividade do Instituto para o ano de 2003, tornou-se essencial definir uma matriz de coerência que clarificasse os contributos de cada departamento para a consecução dos já referidos objectivos e para o sucesso da actividade do IPAD e que a seguir se junta:

Departamentos	PPF	BIL I	BIL II	ASCAE	ACM	SADM	AVAL	BOLS	NAJ	CI	CDI
Objectivos Específicos											
Elaborar Instrumentos Programáticos	X	X	X			X	X		X	X	X
Reformular Mecanismos de Programação	X					X	X	X	X	X	X
Reforçar Coordenação e Acompanhamento		X	X	X					X	X	X
Maior Participação Sociedade Civil				X				X	X	X	X
Participar nos Organismos Internacionais	X				X				X	X	X
Promover a Visibilidade									X	X	X

## **5. RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS**

### **5.1.RECURSOS HUMANOS**

Considerando que o IPAD foi criado no decurso do ano de 2003, a coberto do Decreto-Lei n.º 5/2003, de 13 de Janeiro, como resultado da fusão do Instituto da Cooperação Portuguesa com a Agência Portuguesa para o Desenvolvimento, a organização, as funções e as competências dos seus serviços, foram definidas mediante despacho de 12 de Março de 2003 de S.Exa SENEC.

Atendendo às atribuições que lhe foram cometidas, a especial incumbência e desafio que se colocou naquele período, na área dos recursos humanos, foi assegurar uma correcta afectação dos funcionários oriundos dos serviços referidos às novas unidades orgânicas, de acordo com os diversos perfis profissionais identificados, bem como, proceder a um levantamento e consequente diagnóstico das necessidades de pessoal existentes.

Verificando-se que vários serviços se debatiam com problemas de carência de recursos humanos, em conformidade com as orientações dos membros do Governo, nomeadamente, as disposições constantes da Resolução de Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 18 de Maio, foram oportunamente desenvolvidas diligências no sentido de recorrer aos mecanismos de mobilidade previstos no Decreto-Lei n.º 427/89, de 07 de Dezembro, designadamente, a requisição e a transferência de funcionários com vínculo a outros serviços da Administração Pública Central.

Não obstante, dadas as dificuldades sentidas em concretizar com sucesso alguns pedidos efectuados nesse âmbito e para fazer face à urgência inerente a algumas situações, o IPAD teve que recorrer à realização de contratos de prestação de serviços.

Por sua vez, tendo em vista não só colmatar as necessidades de pessoal identificadas, como também, e ainda, assegurar a motivação dos efectivos, foram iniciados os procedimentos tendentes à abertura de concursos internos de acesso misto para categorias das carreiras técnica superior e assistente administrativo.

Igualmente atentos a que num contexto de mudança importa salvaguardar a plena ocupação e o desenvolvimento dos recursos humanos existentes, foi efectuado um levantamento das necessidades de formação junto dos serviços do IPAD, por forma a viabilizar a elaboração de um Plano de Formação para 2004.

Importa referir que a 31.12.03, o IPAD dispunha de 162 efectivos, dos quais verifica-se que, 121 são funcionários nomeados (23 em regime comissão de serviço por um ano no exercício de cargo dirigente ao abrigo do n.º 9 do artigo 4.º da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho), 27 são contratados em regime de prestação de serviços a exercer funções no IPAD ou nos serviços da cooperação junto das Embaixadas e 14 encontram-se em regime de requisição, destacamento ou em outras situações.

Ainda e no que respeita à mobilidade, acresce informar que no decurso de 2003, saíram do organismo 41 elementos (18 dos quais pertenciam ao quadro de pessoal) e entraram 34 elementos, sobretudo e conforme já exposto, por nomeação e mediante contratos de prestação de serviços.

Por último e de seguida, passam a apresentar-se os mapas, que reflectem e melhor sistematizam os recursos humanos e a actividade desenvolvida em 2003.

**EFFECTIVOS GLOBAIS**

**Contagem dos efectivos por grupo de pessoal segundo a relação jurídica de emprego e sexo**

RECURSOS HUMANOS (quadros 1.1 a 1.1.5)	Dirigente	Técnico Superior	Informática	Técnico	Técnico Profissional	Administrativo	Operários	Auxiliar	Outros Grupos	TOTAL	
<b>Total de efectivos</b>	H	6	25	3	1	2	8	0	2	1	<b>48</b>
	M	17	39	1	1	2	34	2	17	1	<b>114</b>
	T	23	64	4	2	4	42	2	19	2	<b>162</b>
<b>Nomeação</b>	H	6	10	1	0	2	7	0	2	0	<b>28</b>
	M	17	30	1	1	2	32	2	8	0	<b>93</b>
	T	23	40	2	1	4	39	2	10	0	<b>121</b>
<b>Contrato Administrativo de Provisão</b>	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
<b>Contrato de Trabalho a Termo Certo</b>	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
<b>Prestação de Serviços</b>	H	0	15	2	1	0	1	0	0	0	<b>19</b>
	M	0	7	0	0	0	0	0	1	0	<b>8</b>
	T	0	22	2	1	0	1	0	1	0	<b>27</b>
<b>Requisição ou Destacamento</b>	H	0	0	0	0	0	0	0	0	1	<b>1</b>
	M	0	2	0	0	0	2	0	0	1	<b>5</b>
	T	0	2	0	0	0	2	0	0	2	<b>6</b>
<b>Outras situações</b>	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
	M	0	0	0	0	0	0	0	8	0	<b>8</b>
	T	0	0	0	0	0	0	0	8	0	<b>8</b>
<b>TOTAL</b>											<b>162</b>

## **5.2.GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL**

### **5.2.1. Gestão Financeira**

O ano de 2003 representou para o IPAD um ano de reorganização interna relativamente a procedimentos contabilísticos e gestão financeira, pelas implicações inerentes à perda de autonomia financeira e à fusão entre o ex-ICP e a ex-APAD.

De facto, no início de 2003 o Instituto aderiu à RAFE (Reforma da Administração Financeira do Estado), tendo-se concretizado plenamente a implementação do SIC (Sistema de Informação Contabilística), mantendo-se em paralelo o sistema “Minimal” – sistema de contabilidade com base no POCP, ligado ao SIC através de um “Interface” construído para o efeito pelo Instituto de Informática do Ministério das Finanças, sob orientação da Direcção Geral do Orçamento.

Assim, se por um lado se deu cabal cumprimento ao imperativo legal da Reforma Financeira do Estado, por outro manteve-se o nível de informação de gestão financeira e patrimonial só possível por meio da manutenção do sistema POCP, já implementado no ano de 2002, podendo mesmo o IPAD ser considerado, nesta área, como um dos organismos piloto.

Para a concretização e controlo da execução do orçamento de 2003, a Direcção de Serviços de Administração/Divisão de Gestão Financeira, dispôs ao longo do ano de 2003 de um núcleo de apoio técnico financeiro constituído por 3 Técnicos Superiores de 1ª Classe e 1 Técnico Superior de 2ª classe, contando ainda com a colaboração de dois Técnicos Avençados. Os procedimentos contabilísticos estiveram a cargo de 4 funcionários de nomeação definitiva, 1 dos quais Chefe de Secção.

A implementação e operacionalização de um sistema com esta complexidade, a que acresceu o facto de para 2003 o Orçamento da Cooperação ter sido bastante denso em termos de acções/projectos assumidos com os PAOLP, exigiu ao longo do ano um esforço significativo e uma grande adaptação dos recursos humanos envolvidos na Divisão Financeira, atendendo a que se iniciou a utilização de uma nova aplicação informática e novas adaptações ao software existente.

Ultrapassadas as dificuldades iniciais e melhorados os circuitos informáticos quer a nível interno quer com o Instituto de Informática do Ministério das Finanças, atingiu-se um nível positivo dos objectivos inerentes a esta Divisão, nomeadamente no que se refere à implementação em pleno do SIC e aos prazos dos pagamentos efectuados.

### **5.2.2. Gestão Patrimonial**

Quanto à gestão patrimonial refira-se que durante o ano de 2003 se procedeu à conferência e actualização de todos os bens patrimoniais do ex-ICP (incluindo os apartamentos e bairros da cooperação nos PALOP) e ex-APAD que passaram a integrar o cadastro dos bens do IPAD, tendo-se efectivado o seu registo no sistema Minimal.

A Divisão Patrimonial conta com 3 funcionários de nomeação definitiva, sendo 1 deles Chefe de Secção. Ainda integrado nesta Divisão e dispondo de 1 funcionário de nomeação definitiva, encontra-se a gestão do armazém da Cruz Quebrada, através do qual se procedeu à exportação dos artigos e mercadorias no âmbito da Cooperação Portuguesa.

Durante o ano de 2003 foi possível a modernização e remodelação de parte das instalações e equipamentos do IPAD, incluindo os existentes nos PALOP, através da concretização de 87% das verbas inscritas no PIDDAC - Programa 1-Modernização dos serviços, dotado com 500.000 €

Relativamente ao Programa 2 – Novas instalações, não se registou qualquer execução das verbas previstas para aquisição de novas instalações.

Refira-se, neste âmbito, a remodelação de três pisos do edifício sede do IPAD situado na Av. da Liberdade 192, o que permitiu uma melhor utilização de área útil que conjugada com uma racionalização dos serviços levou à libertação, já no final de 2003, das instalações da ex-APAD sitas no Fórum Tivoli e das instalações do ex-ICP da Av. Duque de Ávila e do piso sito na Av. da Liberdade nº 258.

### 5.2.3. Controlo Orçamental

A gestão do orçamento de funcionamento ( Actividade 101) do IPAD no ano de 2003 pautou-se por um rigoroso controlo, registando as despesas com Pessoal uma taxa de execução de 72,6% do orçamento disponível e as despesas com Aquisição de Bens e Serviços uma taxa de execução de 99,6%.

Quanto à Cooperação (Actividade 102), o seu orçamento disponível foi comprometido na totalidade. Porém a realização na totalidade das acções orçamentadas comprometidas prolongar-se-á no ano de 2004 e seguintes, dado que na sua maioria apresentam caracter de plurianualidade.

Assim, a dotação orçamental inicial para o ano de 2003 ascendeu a 79.966.701 € para o OE, fonte de financiamento 110, sendo a sua distribuição, por actividade, a seguinte:

OE 2003	Dotação inicial	Cativo e Alterações orçamentais	Dotação Disponível	Dotação Utilizada
<b>Orçamento de Funcionamento (fonte financiamento 110)</b>	<b>79.966.701,00</b>	<b>-46.432,00</b>	<b>79.920.269,00</b>	<b>77.913.405,91</b>
<b>Actividade 101 - Despesas Correntes</b>	5.831.454,00	+703.568,00	6.535.022,00	4.699.648,83
<b>Actividade 102 - Despesas de Cooperação</b>	74.135.247,00	750.000,00	73.385.247,00	73.213.757,08(*)

(\*) Desta verba, 32.977.500,66€transitaram para o ano de 2004 para financiar os projectos no âmbito da cooperação que se encontram em execução.

Do orçamento total disponível, as despesas de funcionamento representaram cerca de 5,9%, sendo a restante dotação destinada ao financiamento de acções no âmbito da Cooperação Portuguesa, a qual integrou, em 2003, os seguintes vectores:

	<b>Dotação utilizada</b>
1) Missões Humanitárias e de Paz	14.000.000€
2) Ajuda de Emergência	2.300.000€
3) Contribuições para organizações internacionais	2.424.894€
4) Financiamento de projectos de cooperação	33.623.059€
5) Acompanhamento da cooperação	20.833.753€
<b>Total</b>	<b>73.213.757€</b>

Foram ainda incorporadas no orçamento de funcionamento de 2003 as seguintes receitas com outras origens:

€

	<b>Dotação inicial</b>	<b>Dotação Disponível</b>	<b>Dotação Utilizada</b>	<b>Saldo não utilizado em 2003 e transitado para 2004</b>
<b>Saldo da ex-APAD</b> (fonte financ 123) - verba consignada a financiamento de projectos	<b>34.914.977,00</b>	<b>34.914.977,00</b>	<b>9.133.101,97</b>	<b>25.781.875,03</b>
<b>Saldo do ex-ICP</b> (fonte de financ 260) - verba consignada a bolsas de estudantes dos PALOP aprovado pela União Europeia	<b>328.580,00</b>	<b>328.580,00</b>	<b>165.624,64</b>	<b>162.955,36</b>

Quanto ao Capítulo 50 – Investimentos do Plano, a sua distribuição foi a seguinte:

€

<b>PIDDAC 2003</b>	<b>Dotação inicial</b>	<b>Cativo e Alterações orçamentais</b>	<b>Dotação Disponível</b>	<b>Dotação Utilizada</b>
<b>Total</b>	<b>1.160.000</b>	<b>-454.000</b>	<b>706.000</b>	<b>433.720,62</b>
<b>Programa 1</b> – Modernização dos Serviços	500.000	-	500.000	433.720,62
<b>Programa 2</b> – Aquis. Novas Instalações	660.000	-454.000,	486.000	0,0

O Programa 1 – Modernização dos Serviços teve como objectivo a manutenção e modernização das instalações e equipamentos dos serviços do IPAD, quer em Lisboa, quer nos PALOP, tendo registado uma execução na ordem dos 61% relativamente à dotação disponível.

Quanto ao Programa 2 – Aquisição de Novas Instalações não foi concretizada qualquer execução.

# **ANEXOS**

# **ANEXO 1**

## **Ajuda Pública ao Desenvolvimento de 2003 financiada pelo IPAD**

IPAD - APD BILATERAL E MULTILATERAL 2002-2003

					Euros
APD BILATERAL	2002 *	%	2003	%	
<b>I - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS</b>	<b>76 743 252</b>	<b>65,79</b>	<b>30 682 961</b>	<b>59,18</b>	
EDUCAÇÃO	25 094 818	21,51	11 564 675	22,31	
SAÚDE	2 457 612	2,11	1 552 351	2,99	
POLÍTICAS EM MATÉRIA DE POPULAÇÃO/ SAÚDE REPRODUTIVA			335 768	0,65	
FORNECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO	120 863	0,10	116 356	0,22	
GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL	47 788 454	40,97	16 592 139	32,00	
OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS	1 281 505	1,10	521 672	1,01	
<b>II - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS ECONÓMICOS</b>	<b>5 723 927</b>	<b>4,91</b>	<b>880 503</b>	<b>1,70</b>	
TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO	1 961 520	1,68	10 342	0,02	
COMUNICAÇÕES	862 777	0,74	3 900	0,01	
ENERGIA: PRODUÇÃO E APROVISIONAMENTO	1 614 483	1,38	342 349	0,66	
BANCOS E SERVIÇOS FINANCEIROS	12 556	0,01			
NEGÓCIOS E OUTROS SERVIÇOS	1 272 591	1,09	523 912	1,01	
<b>III - SECTORES DE PRODUÇÃO</b>	<b>4 077 761</b>	<b>3,50</b>	<b>1 622 542</b>	<b>3,13</b>	
AGRICULTURA	2 599 254	2,23	1 086 768	2,10	
SILVICULTURA					
PESCAS	3 373	0,00			
INDÚSTRIA	137 043	0,12	29 147	0,06	
INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS	98 015	0,08	4 369	0,01	
CONSTRUÇÃO	1 145 951	0,98	313 853	0,61	
COMÉRCIO			35 137	0,07	
TURISMO	94 125	0,08	153 268	0,30	
<b>IV - MULTISECTORIAL / TRANSVERSAL</b>	<b>19 445 150</b>	<b>16,67</b>	<b>9 132 524</b>	<b>17,62</b>	
<b>TOTAL SETORIAL</b>	<b>105 990 090</b>	<b>90,87</b>	<b>42 318 530</b>	<b>81,63</b>	
V - AJUDA A PROGRAMAS E AJUDA SOB A FORMA DE PRODUTOS					
VI - ACÇÕES RELACIONADAS COM A DÍVIDA					
VII - AJUDA DE EMERGÊNCIA	1 806 725	1,55	967 339	1,87	
VIII - CUSTOS ADMINISTRATIVOS DOS DOADORES	5 478 941	4,70	6 876 986	13,26	
XIX - APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS	2 522 330	2,16	976 370	1,88	
X - NÃO AFECTADO/NÃO ESPECIFICADO	842 337	0,72	704 970	1,36	
<b>TOTAL BILATERAL:</b>	<b>116 640 423</b>	<b>100</b>	<b>51 844 195</b>	<b>100</b>	
APD MULTILATERAL	2002 *	%	2003	%	
NAÇÕES UNIDAS	1 474 655	83,99	508 800	68,95	
BANCO MUNDIAL	25 502	1,45			
OUTRAS ORGANIZAÇÕES	255 548	14,56	229 132	31,05	
<b>TOTAL MULTILATERAL:</b>	<b>1 755 705</b>	<b>100</b>	<b>737 932</b>	<b>100</b>	
<b>APD TOTAL</b>	<b>118 396 128</b>		<b>52 582 127</b>		

Fonte: IPAD/PFP

\* Inclui ICP e APAD

## **ANEXO 2**

### **Ajuda Pública ao Desenvolvimento de 2003 nos Países de Expressão Oficial Portuguesa financiada pelo IPAD**

IPAD - DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DA APD BILATERAL - ANGOLA  
2002 - 2003

Euros

SECTORES	2002	%	2003	%
<b>100 I - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS</b>	<b>5 310 071</b>	<b>67,36</b>	<b>4 081 962</b>	<b>79,34</b>
110 EDUCAÇÃO	3 435 093	43,58	3 498 791	68,01
120 SAÚDE	145 227	1,84	23 639	0,46
130 POPULAÇÃO/SAÚDE REPRODUTIVA				
140 FORNECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO	10 004	0,13		
150 GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL	1 651 380	20,95	537 313	10,44
160 OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS	68 367	0,87	22 219	0,43
<b>200 II - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS ECONÓMICOS</b>	<b>998 765</b>	<b>12,67</b>	<b>341 524</b>	<b>6,64</b>
210 TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO	128 999	1,64		
220 COMUNICAÇÕES	119 114	1,51	3 900	0,08
230 ENERGIA: PRODUÇÃO E APROVISIONAMENTO	549 392	6,97	269 896	5,25
240 BANCOS E SERVIÇOS FINANCEIROS	12 556	0,16		
250 NEGÓCIOS E OUTROS SERVIÇOS	188 704	2,39	67 728	1,32
<b>300 III - SECTORES DE PRODUÇÃO</b>	<b>208 075</b>	<b>2,64</b>	<b>169 829</b>	<b>3,30</b>
310 AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCAS	148 387	1,88	80 968	1,57
311 AGRICULTURA	145 762	1,85	80 968	1,57
312 SILVICULTURA				
313 PESCAS	2 625	0,03		
320 INDÚSTRIA, MINAS E CONSTRUÇÃO	59 688	0,76	88 861	1,73
321 INDÚSTRIA	59 688	0,76		
322 INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS (MINAS)			4 369	0,08
323 CONSTRUÇÃO			84 492	1,64
330 COMÉRCIO E TURISMO		0,00		0,00
331 COMÉRCIO				
332 TURISMO				
<b>400 IV - MULTISECTORIAL/TRANSVERSAL</b>	<b>102 371</b>	<b>1,30</b>		<b>0,00</b>
<b>500 V - AJUDA A PROGRAMAS E AJUDA SOB A FORMA DE PRODUTOS</b>				
<b>600 VI - ACÇÕES RELACIONADAS COM A DÍVIDA</b>				
<b>700 VII - AJUDA DE EMERGÊNCIA</b>	<b>497 876</b>	<b>6,32</b>	<b>188 836</b>	<b>3,67</b>
<b>910 VIII - CUSTOS ADMINISTRATIVOS DOS DOADORES</b>		<b>0,00</b>	<b>95 555</b>	<b>1,86</b>
<b>920 IX - APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS</b>	<b>736 160</b>	<b>9,34</b>	<b>119 021</b>	<b>2,31</b>
<b>998 X - NÃO AFECTADO/NÃO ESPECIFICADO</b>	<b>29 366</b>	<b>0,37</b>	<b>148 021</b>	<b>2,88</b>
<b>TOTAL BILATERAL</b>	<b>7 882 684</b>	<b>100</b>	<b>5 144 748</b>	<b>100</b>

Fonte: IPAD/PFP

\* Inclui ICP e APAD

IPAD - DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DA APD BILATERAL - CABO VERDE  
2002 - 2003

Euros

SECTORES	2002	%	2003	%
<b>100 I - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS</b>	<b>4.209.777</b>	<b>85,77</b>	<b>1.733.915</b>	<b>75,30</b>
110 EDUCAÇÃO	3.431.983	69,93	942.742	40,94
120 SAÚDE	198.230	4,04	554.237	24,07
130 POPULAÇÃO/SAÚDE REPRODUTIVA				
140 FORNECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO	9.976	0,20		
150 GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL	16.068	0,33	8.921	0,39
160 OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS	553.520	11,28	228.015	9,90
<b>200 II - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS ECONÓMICOS</b>	<b>344.629</b>	<b>7,02</b>	<b>152.417</b>	<b>6,62</b>
210 TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO	53.255	1,09		
220 COMUNICAÇÕES				
230 ENERGIA: PRODUÇÃO E APROVISIONAMENTO	148.200	3,02	37.050	1,61
240 BANCOS E SERVIÇOS FINANCEIROS				
250 NEGÓCIOS E OUTROS SERVIÇOS	143.174	2,92	115.367	5,01
<b>300 III - SECTORES DE PRODUÇÃO</b>	<b>27.151</b>	<b>0,55</b>	<b>28.268</b>	<b>1,23</b>
310 AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCAS	0	0,00	0	0,00
311 AGRICULTURA				
312 SILVICULTURA				
313 PESCAS				
320 INDÚSTRIA, MINAS E CONSTRUÇÃO	0	0,00	0	0,00
321 INDÚSTRIA				
322 INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS (MINAS)				
323 CONSTRUÇÃO				
330 COMÉRCIO E TURISMO	27.151	0,55	28.268	1,23
331 COMÉRCIO				
332 TURISMO	27.151	0,55	28.268	1,23
<b>400 IV - MULTISECTORIAL/TRANSVERSAL</b>	<b>99.492</b>	<b>2,03</b>	<b>117.566</b>	<b>5,11</b>
500 V - AJUDA A PROGRAMAS E AJUDA SOB A FORMA DE PRODUTOS				
600 VI - ACÇÕES RELACIONADAS COM A DÍVIDA				
700 VII - AJUDA DE EMERGÊNCIA				
910 VIII - CUSTOS ADMINISTRATIVOS DOS DOADORES			141.078	6,13
920 IX - APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS	79.135	1,61	4.000	0,17
998 X - NÃO AFECTADO/NÃO ESPECIFICADO	147.875	3,01	125.316	5,44
<b>TOTAL BILATERAL</b>	<b>4.908.059</b>	<b>100</b>	<b>2.302.560</b>	<b>100</b>

Fonte: IPAD/PFP

\* Inclui ICP e APAD

IPAD - DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DA APD BILATERAL - GUINÉ-BISSAU  
2002 - 2003

Euros

SECTORES	2002	%	2003	%
<b>100 I - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS</b>	<b>2.840.393</b>	<b>80,72</b>	<b>2.308.083</b>	<b>66,86</b>
110 EDUCAÇÃO	2.413.797	68,60	1.133.449	32,84
120 SAÚDE	358.862	10,20	28.967	0,84
130 POPULAÇÃO/SAÚDE REPRODUTIVA				
140 FORNECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO	12.571	0,36		
150 GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL	23.441	0,67	1.145.667	33,19
160 OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS	31.722	0,90		
<b>200 II - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS ECONÓMICOS</b>	<b>134.179</b>	<b>3,81</b>	<b>42.998</b>	<b>1,25</b>
210 TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO				
220 COMUNICAÇÕES				
230 ENERGIA: PRODUÇÃO E APROVISIONAMENTO				
240 BANCOS E SERVIÇOS FINANCEIROS				
250 NEGÓCIOS E OUTROS SERVIÇOS	134.179	3,81	42.998	1,25
<b>300 III - SECTORES DE PRODUÇÃO</b>	<b>126.499</b>	<b>3,60</b>	<b>196.300</b>	<b>5,69</b>
310 AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCAS	126.499	3,60	196.300	5,69
311 AGRICULTURA				
312 SILVICULTURA				
313 PESCAS				
320 INDÚSTRIA, MINAS E CONSTRUÇÃO	0	0,00	0	0,00
321 INDÚSTRIA				
322 INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS (MINAS)				
323 CONSTRUÇÃO				
330 COMÉRCIO E TURISMO	0	0,00	0	0,00
331 COMÉRCIO				
332 TURISMO				
<b>400 IV - MULTISECTORIAL/TRANSVERSAL</b>	<b>23.552</b>	<b>0,67</b>	<b>217.818</b>	<b>6,31</b>
500 V - AJUDA A PROGRAMAS E AJUDA SOB A FORMA DE PRODUTOS				
600 VI - ACÇÕES RELACIONADAS COM A DÍVIDA				
700 VII - AJUDA DE EMERGÊNCIA	9.151	0,26	133.808	3,88
910 VIII - CUSTOS ADMINISTRATIVOS DOS DOADORES			552.934	16,02
920 IX - APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS	384.895	10,94		
998 X - NÃO AFECTADO/NÃO ESPECIFICADO				
<b>TOTAL BILATERAL</b>	<b>3.518.669</b>	<b>100</b>	<b>3.451.941</b>	<b>100</b>

Fonte: IPAD/PFP

\* Inclui ICP e APAD

IPAD - DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DA APD BILATERAL - MOÇAMBIQUE  
2002 - 2003

Euros

SECTORES	2002	%	2003	%
<b>100 I - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS</b>	<b>2.730.180</b>	<b>41,93</b>	<b>2.521.897</b>	<b>72,82</b>
110 EDUCAÇÃO	2.509.790	38,54	1.992.368	57,53
120 SAÚDE	65.695	1,01	13.050	0,38
130 POPULAÇÃO/SAÚDE REPRODUTIVA				
140 FORNECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO	33.121	0,51		
150 GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL	114.469	1,76	408.070	11,78
160 OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS	7.105	0,11	108.409	3,13
<b>200 II - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS ECONÓMICOS</b>	<b>348.061</b>	<b>5,35</b>	<b>42.953</b>	<b>1,24</b>
210 TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO	55.706	0,86	10.342	0,30
220 COMUNICAÇÕES				
230 ENERGIA: PRODUÇÃO E APROVISIONAMENTO	23.827	0,37		
240 BANCOS E SERVIÇOS FINANCEIROS				
250 NEGÓCIOS E OUTROS SERVIÇOS	268.528	4,12	32.611	0,94
<b>300 III - SECTORES DE PRODUÇÃO</b>	<b>1.795.483</b>	<b>27,57</b>	<b>436.856</b>	<b>12,61</b>
310 AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCAS	1.718.128	26,39	407.709	11,77
311 AGRICULTURA	1.718.128	26,39	407.709	11,77
312 SILVICULTURA				
313 PESCAS				
320 INDÚSTRIA, MINAS E CONSTRUÇÃO	77.355	1,19	29.147	0,84
321 INDÚSTRIA	77.355	1,19	29.147	0,84
322 INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS (MINAS)				
323 CONSTRUÇÃO				
330 COMÉRCIO E TURISMO	0	0,00	0	0,00
331 COMÉRCIO				
332 TURISMO				
<b>400 IV- MULTISECTORIAL/TRANSVERSAL</b>	<b>821.395</b>	<b>12,61</b>	<b>144.682</b>	<b>4,18</b>
500 V - AJUDA A PROGRAMAS E AJUDA SOB A FORMA DE PRODUTOS				
600 VI - ACÇÕES RELACIONADAS COM A DÍVIDA				
700 VII - AJUDA DE EMERGÊNCIA	99.813	1,53		
910 VIII - CUSTOS ADMINISTRATIVOS DOS DOADORES	12.418	0,19	225.390	6,51
920 IX - APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS	680.506	10,45	70.490	2,04
998 X - NÃO AFECTADO/NÃO ESPECIFICADO	23.884		21.085	0,61
<b>TOTAL BILATERAL</b>	<b>6.511.740</b>	<b>100</b>	<b>3.463.353</b>	<b>100</b>

Fonte: IPAD/PFP

\* Inclui ICP e APAD

IPAD - DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DA APD BILATERAL - SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE  
2002 - 2003

Euros

SECTORES	2002	%	2003	%
<b>100 I - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS</b>	<b>3.478.459</b>	<b>69,47</b>	<b>1.430.954</b>	<b>72,60</b>
110 EDUCAÇÃO	1.715.279	34,26	463.070	23,49
120 SAÚDE	1.597.880	31,91	932.458	47,31
130 POPULAÇÃO/SAÚDE REPRODUTIVA				
140 FORNECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO	26.518	0,53		
150 GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL				
160 OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS	138.782	2,77	35.426	1,80
<b>200 II - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS ECONÓMICOS</b>	<b>1.137.064</b>	<b>22,71</b>	<b>234.717</b>	<b>11,91</b>
210 TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO				
220 COMUNICAÇÕES				
230 ENERGIA: PRODUÇÃO E APROVISIONAMENTO	809.238	16,16	2.529	0,13
240 BANCOS E SERVIÇOS FINANCEIROS				
250 NEGÓCIOS E OUTROS SERVIÇOS	327.826	6,55	232.188	11,78
<b>300 III - SECTORES DE PRODUÇÃO</b>	<b>95.343</b>	<b>1,90</b>	<b>27.829</b>	<b>1,41</b>
310 AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCAS	84.908	1,70	27.829	1,41
311 AGRICULTURA	84.908	1,70	27.829	1,41
312 SILVICULTURA				
313 PESCAS				
320 INDÚSTRIA, MINAS E CONSTRUÇÃO	10.435	0,21	0	0,00
321 INDÚSTRIA				
322 INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS (MINAS)	10.435	0,21		
323 CONSTRUÇÃO				
330 COMÉRCIO E TURISMO	0	0,00	0	0,00
331 COMÉRCIO				
332 TURISMO				
<b>400 IV - MULTISECTORIAL/TRANSVERSAL</b>	<b>11.461</b>	<b>0,23</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>500 V - AJUDA A PROGRAMAS E AJUDA SOB A FORMA DE PRODUTOS</b>				
<b>600 VI - ACÇÕES RELACIONADAS COM A DÍVIDA</b>				
<b>700 VII - AJUDA DE EMERGÊNCIA</b>				
910 VIII - CUSTOS ADMINISTRATIVOS DOS DOADORES	34.428	0,69	168.274	8,54
920 IX - APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS	174.897	3,49	104.320	5,29
998 X - NÃO AFECTADO/NÃO ESPECIFICADO	75.374	1,51	5.023	0,25
<b>TOTAL BILATERAL</b>	<b>5.007.026</b>	<b>100</b>	<b>1.971.117</b>	<b>100</b>

Fonte: IPAD/PFP

\* Inclui ICP e APAD

IPAD - DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DA APD BILATERAL - TIMOR LESTE  
2002 - 2003

Euros

SECTORES	2002	%	2003	%
<b>100 I - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS</b>	<b>49.804.595</b>	<b>67,23</b>	<b>17.004.314</b>	<b>62,10</b>
110 EDUCAÇÃO	10.194.057	13,76	2.784.553	10,17
120 SAÚDE	64.284	0,09		
130 POPULAÇÃO/SAÚDE REPRODUTIVA				
140 FORNECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO			87.683	0,32
150 GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL	39.341.279	53,11	14.045.078	51,29
160 OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS	204.975	0,28	87.000	0,32
<b>200 II - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS ECONÓMICOS</b>	<b>2.114.557</b>	<b>2,85</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
210 TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO	1.370.894	1,85		
220 COMUNICAÇÕES	743.663	1,00		
230 ENERGIA: PRODUÇÃO E APROVISIONAMENTO				
240 BANCOS E SERVIÇOS FINANCEIROS				
250 NEGÓCIOS E OUTROS SERVIÇOS				
<b>300 III - SECTORES DE PRODUÇÃO</b>	<b>1.798.961</b>	<b>2,43</b>	<b>615.834</b>	<b>2,25</b>
310 AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCAS	521.082	0,70	373.962	1,37
311 AGRICULTURA	520.334	0,70	373.962	1,37
312 SILVICULTURA				
313 PESCAS	748	0,00		
320 INDÚSTRIA, MINAS E CONSTRUÇÃO	1.210.905	1,63	206.735	0,76
321 INDÚSTRIA				
322 INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS (MINAS)	87.580	0,12		
323 CONSTRUÇÃO	1.123.325	1,52	206.735	0,76
330 COMÉRCIO E TURISMO	66.974	0,09	35.137	0,13
331 COMÉRCIO			35.137	0,13
332 TURISMO	66.974	0,09		
<b>400 IV - MULTISECTORIAL/TRANSVERSAL</b>			<b>8.579.613</b>	<b>31,33</b>
500 V - AJUDA A PROGRAMAS E AJUDA SOB A FORMA DE PRODUTOS	18.037.766			
600 VI - ACÇÕES RELACIONADAS COM A DÍVIDA				
700 VII - AJUDA DE EMERGÊNCIA	74.778	0,10	17.765	0,06
910 VIII - CUSTOS ADMINISTRATIVOS DOS DOADORES	1.811.010	2,44	771.939	2,82
920 IX - APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS	436.406	0,59	392.633	1,43
998 X - NÃO AFECTADO/NÃO ESPECIFICADO				0,00
<b>TOTAL BILATERAL</b>	<b>74.078.073</b>	<b>76</b>	<b>27.382.098</b>	<b>100</b>

Fonte: IPAD/PFP

\* Inclui ICP e APAD